



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 21/01/2015, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por se encontrar fora do município, será substituído, pelo período de um mês, pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 3, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2015
3. REQ. N. 98/15, DATADO DE 22/01/2015 – PC N.º 23/15, DATADO DE 22/01/2015 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.
4. REQ. N. 135/15, DATADO DE 30/01/2015 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA

5. REQ. N. 147/15, DATADO DE 03/02/2015 – PC N.º 434/14, DATADO DE 15/12/2014 – HIDROMARINHA LDA
6. REQ. N. 156/15, DATADO DE 04/02/2015 – PC N.º 19/15, DATADO DE 20/01/2015 – HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE
7. REQ. N. 1938/14, DATADO DE 19/12/2014 – PC N.º 442/14, DATADO DE 19/12/2014 – PAULO JORGE PEREIRA GONÇALVES
8. REQ. N. 106/15, DATADO DE 23/01/2015 – PC N.º 410/14, DATADO DE 18/11/2014 – PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS
9. REQ. N. 79/15, DATADO DE 20/01/2015 – PC N.º 20/15, DATADO DE 20/01/2015 – MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE
10. REQ. N. 126/15, DATADO DE 29/01/2015 – PC N.º 441/14, DATADO DE 19/12/2014 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO
11. REQ. N. 23/15, DATADO DE 07/01/2015 – PC N.º 9/2015, DATADO DE 07/01/2015 – MARIA JÚLIA FERREIRA BARROS GUARDA RIBEIRO, ANTÓNIO JÚLIO FERREIRA RIBEIRO E ÂNGELA MARIA FERREIRO RIBEIRO
12. REQ. N. 155/15, DATADO DE 04/02/2015 – PC N.º 319/14, DATADO DE 23/09/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA
13. REQ. N. 194/15, DATADO DE 12/02/2015 – PC N.º 158/14, DATADO DE 12/05/2014 – POÇO – EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, S.A.
14. REQ. N. 162/15, DATADO DE 05/02/2015 – PC N.º 54/14, DATADO DE 21/02/2014 – FABIO SILVA DOS SANTOS
15. REQ. N. 199/15, DATADO DE 13/02/2015 – PC N.º 238/14, DATADO DE 02/07/2014 – SAGREC - CONSTRUÇÕES S.A.
16. E/6750/2014 - EXPOSIÇÃO REFERENTE A UMA CASA DEGRADADA, COM EVENTUAL PERIGO PARA A SAÚDE PÚBLICA – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE.
17. E/7614/2014 - RECLAMAÇÃO SOBRE TERRENO EM TALHÕES – VIEIRA DE LEIRIA – RESULTADO DA VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE

18. REQ. N. 1971/14, DATADO DE 30/12/2014 – PC N.º 623/2014, DATADO DE 30/12/2014 – ROSA DE JESUS DA CRUZ
19. REQ. N. 1927/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE
20. REQ. N. 1549/09, DATADO DE 16/06/2009 – PC N.º 218/07, DATADO DE 29/03/2007 – COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA
21. REQ. N. 1384/12, DATADO DE 20/08/2012 – PC N.º 578/02, DATADO DE 26/06/2002 – MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.
22. E/177/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
23. E/414/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
24. E/416/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
25. REQ. N. 178/15, DATADO DE 11/02/2015 – PC N.º 40/15, DATADO DE 11/02/2015 – SPORTING CLUBE MARINHENSE
26. SANTOS BAROSA, S.A. – PROPOSTA PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS
27. PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
28. 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2015.
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E LUMINOTECNIA PARA ESPECTÁCULOS E EVENTOS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS”*, PARA O PERÍODO DE 1 DE MARÇO DE 2015 A 31 DE MARÇO DE 2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE OUTDOORS, BANDEIRAS E FAIXAS PARA PUBLICITAÇÃO DAS ACTIVIDADES MUNICIPAIS NOS ANOS 2015 E 2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2015”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
32. 4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 – 1.ª REVISÃO
33. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014
34. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
35. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E COMPROMISSOS INERENTES À ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS
36. AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015 – RETIFICAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2014/A/183 DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014
37. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO PARA DIA 11 DE MARÇO DE 2015”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
38. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA E TELEGESTÃO DO*

FURO AC3 DA PEDRULHEIRA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

39. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES DA BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO ENGENHO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

40. DESIGN CENTER – SEMANA DO DESIGN DA MARINHA GRANDE 2014 - APOIOS

41. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Foi atendida a seguinte munícipe:

1 – Sr.ª D. Florbela da Silva Fidalgo, residente na Praceta Luís de Camões, Lote P, 5.º Dt.ª, Casal do Malta, Marinha Grande, que veio solicitar a atribuição de habitação social, uma vez que está com problemas económicos e de saúde.
Já há muito tempo que se inscreveu para a atribuição de habitação social, pretendendo saber se há, uma vez que leu no jornal uma notícia sobre o assunto.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira**, titular do pelouro da habitação social, cumprimentou a munícipe e todos os presentes, e informou que percebe a situação da D. Florbela, que o executivo está atento a esta situação e a tantas outras que infelizmente se verificam na Marinha Grande, de pessoas com imensas dificuldades, mas neste momento não há casas disponíveis para atribuir. Existem algumas que estão na posse da Câmara, que foram entregues pelos arrendatários completamente destruídas e inabitáveis, e que se vão tentar recuperar, para que depois possam ser levadas a concurso público, tendo já ordenado aos serviços para que nessa altura sejam avisadas todas as pessoas que se encontram inscritas. Neste momento a Câmara não está em condições de satisfazer as necessidades de procura.

Disse ainda que pretendia deixar claro, sem querer afastar a responsabilidade da Câmara, que em termos do poder central pouco ou nada tem sido feito na área social, querendo é desfazer-se de toda a habitação social que ainda tem, transferindo-a para as Câmaras Municipais, e não querendo assumir essas responsabilidades.

Percebe que isto não interessa à munícipe, contudo fica registada a sua necessidade e na primeira oportunidade será dada uma resposta.

O **Sr. Vereador António Santos** cumprimentou todos os presentes e disse que sabe o que é viver numa situação de transplante, como foi referido pela munícipe, que deve viver com condições e a quem deve ser dada uma resposta célere em termos de habitação. Na sua opinião as Câmaras Municipais devem aproximar as populações, por isso estas se dirigem à instituição e esta deve solucionar os casos o mais rápido possível.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** disse que conhece a situação exposta, que é muito carente, tendo apelado a que assim que haja condições se arranje um sítio para a Sr.ª morar, porque precisa muito.

O **Sr. Presidente** esclareceu que a atribuição de casas é sempre feita por concurso público e neste momento a Câmara tem que arranjar algumas para esse concurso. Não concorda com o Sr. Vereador António Santos e partilha totalmente da opinião do Sr. Vereador Vítor Pereira, pois o poder central tem responsabilidade nesta área, e a pouca que ainda tem na Marinha Grande quer passá-la para a Câmara, que não irá aceitar. A D. Florbela terá todo o apoio da Câmara, mas neste momento é preciso disponibilizar algumas casas e levá-las a concurso. Referiu ainda que as pessoas deverão ter conhecimento da situação em que as casas são entregues, praticamente destruídas, o que implica dezenas de euros de investimento por parte da Câmara. Atualmente os contratos de arrendamento já salvaguardam estas situações.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sinalética – no passado domingo veio ao centro histórico e não viu ninguém, e apesar de ser domingo gordo o ambiente era muito cinzento, tal como a cor de que a Câmara irá ser pintada e de que não gosta. Entrou na loja do Poeiras, na Resinagem, para saber como está a correr o negócio, e ficou a saber que poderia correr ainda melhor se o NAC estivesse aberto ao sábado e ao domingo, e se houvesse sinalética a indicar que ali se fabrica o vidro de forma artesanal. Disse ao proprietário que iria apresentar o assunto na reunião da Câmara, como mais uma proposta de colocação de sinalética.

- ⇒ Leu excertos de um artigo publicado na página 11 do jornal “Região de Leiria”, sobre as iniciativas a levar a cabo em Leiria, tendo convidado os presentes a imaginar que no futuro estariam a ler esse mesmo texto sobre a Marinha Grande, onde se falasse de uma programação que engrandecesse e potenciasse a cidade, atraindo iniciativas e mais gente ao concelho. Louvou ainda o programa “Eu sou Leiria”, que pretende dar a conhecer aos jovens a história da cidade.
- ⇒ Por despacho do Secretário de Estado do Desporto, foram reconhecidos ao SCM – Sporting Clube Marinhense os benefícios atribuídos, pelo que as empresas ou pessoas singulares que queiram poderão fazer donativos ao clube, que está a fazer uma obra digna e merecedora.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Convidou todos para, no dia 21 de fevereiro, estarem presentes no concerto de Júlio Pereira; a assistirem, de fevereiro a março, à oficina de teatro, no SOM; amanhã, em Vieira de Leiria, no Cine-Teatro Actor Álvaro, à peça de teatro “Missão País”; na Biblioteca Municipal, no dia 25 de fevereiro, a assistir ao filme infantil, e de 2 a 28/02, à exposição, e ainda no dia 7 de março, na Casa da Cultura, ao concerto Mimicat.
- ⇒ Convidou ainda a assistirem, no dia 26 de fevereiro, pelas 18:00 horas, na Biblioteca Municipal, à reunião do Conselho Local de Ação Social.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Vereador António Santos disse que independentemente de não gostar de comentar as iniciativas de Leiria e dos outros municípios, reconhece que Leiria tem feito uma coisa boa, que é juntar tudo o que são iniciativas de todas as freguesias e dizer que tudo são ações culturais. Como têm mais freguesias e mais pessoas, daí divulgarem e publicitarem o concelho desta forma. Aqui também se poderia fazer o mesmo. Ainda bem que Leiria o faz, que o seu Vereador e Presidente são pessoas dinâmicas, aplaude-os por isso, mas a Marinha Grande também faz, embora possa não ser capaz de vender tão bem o produto como Leiria o faz, se bem que comparar Leiria com a Marinha Grande é o mesmo que comparar Lisboa com Leiria – não tem comparação.
A divulgação de todas estas iniciativas é a prova de que o poder local funciona, apesar de o poder central tentar por todas as formas transformá-lo em meros serviços emissores de licenças. O poder local é capaz e tem que ser defendido de todos estes ataques.
Acrescentou, por último, que a Marinha Grande tenta dar mais qualidade e menos quantidade, razão pela qual a Casa da Cultura esgota sempre os seus espetáculos.

⇒ Saudou:

- O SCM e o Clube Automóvel da Marinha Grande, duas instituições que têm contribuído para o desenvolvimento da Marinha Grande, a quem a Câmara Municipal saúda na passagem de mais um aniversário;
- O lançamento, na Biblioteca Municipal, do livro de um autor marinhense, “O Visconde da Marinha Grande”.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Sobre a intervenção do público, considera que o assunto apresentado pela D. Florbela é demasiado sensível, mas pensa que a Câmara irá resolvê-lo.

⇒ Felicitou os atletas do Clube de Atletismo da Marinha Grande (CAMG), por se terem sagrado campeões nacionais de juniores de pista coberta, no decorrer do Campeonato Nacional de juniores, realizado em Braga. Oleksandr Lyashchenko sagrou-se campeão nas modalidades de triplo salto e no salto em comprimento, e João Pinto foi o vencedor da prova dos 60 mts planos e 200 mts planos.

⇒ Sobre o processo do munícipe Miguel André, o Murillo, disse que gostaria de saber se o problema está resolvido, dado que na agenda desta reunião nada é referido e o Sr. Presidente disse na reunião passada que daria resposta hoje. Será que continua a adiar esta decisão?

⇒ Recentemente o Jardim Luís de Camões foi alvo de uma requalificação. Foi alertado por munícipes que apesar da intervenção, existem situações lamentáveis. A única estátua no Jardim é o Orfeu, feita pelo marinhense Joaquim Correia, e que se encontra num estado de degradação deplorável. Para além do Orfeu, no chão está um brasão da Câmara, também degradado. Tem ainda uma placa que devia ter a descrição, mas que não tem nada escrito. Questionou se os mais de 65.000,00 € não foram suficientes para completar o trabalho, ou se este executivo está satisfeito com o trabalho que ali foi feito?

Recomendou que urgentemente seja completado o trabalho, para que quem visita o Jardim Luís de Camões possa avaliar o trabalho realizado.

Disse que possui fotos, que irá enviar a todos os membros do executivo.

⇒ Foi notícia nos jornais regionais que o “Edifício da Resinagem foi devolvido à população em 2013 e está referenciado em publicações estrangeiras.”

Enalteceu o facto de a Marinha Grande ou os marinhenses serem referenciados a nível nacional e internacional, como sempre aqui o tem feito, no entanto, sobre a “devolução à população”, discorda completamente. Os cidadãos não têm por lá uma “passagem diária” como é referido, aliás, se o fizessem, muitos dos dias

encontravam-no fechado, nem tem um programa funcional previsto para o lugar, como são referidos os “escritórios e o comércio”.

Como é sabido o edifício apenas foi aberto, mas não foi ainda inaugurado, pelo que foi dito, por não estar ainda licenciado.

Para além disso, ainda bem que as publicações estrangeiras não vêm ao edifício da Resinagem, senão veriam a situação de degradação que apresenta quase dois anos após ter sido concluído, e a Câmara continua sem dar resposta eficaz à resolução dos problemas.

Questionou, uma vez mais, quando estará o edifício da Resinagem terminado, pronto para inaugurar e efetivamente devolvido à população.

⇒ Há duas semanas recebeu um despacho do Sr. Presidente, referindo que iria conceder tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, considerando que “as coletividades e associações do concelho promovem festejos de carnaval e que a comemoração dos festejos carnavalescos se encontra enraizada nos hábitos das populações, que contribui para a dinamização económica e cultural do concelho.”

Ficou evidente que a Câmara se limitou a fazer a festa na sexta-feira, para as crianças, fechando-as na FAE (em vez de fazer um desfile na rua), não tendo contribuído em nada para que as coletividades fizessem o desfile no domingo e na terça-feira de carnaval, tal como escreveu a Sra. Presidente da ACAMG, ao referir que “É importante ter a colaboração pró-ativa da Autarquia, o que tem sido muito difícil de conseguir, seja por falta de tempo, ou por falta de colaboradores, ou por outros quaisquer motivos que têm vindo a apresentar ao longo do tempo!”.

Lamentou que tal tenha acontecido e disse que gostaria de deixar o desafio para que o carnaval, tal como outras iniciativas, sejam tidas com mais atenção, sobretudo dando a importância que a Marinha Grande tem nas suas inúmeras associações e coletividades.

⇒ O Sr. Presidente na reunião passada informou que iria enviar a documentação para a reunião de hoje, na segunda-feira, para cumprir os dois dias úteis mencionados na lei, e dado que a terça-feira de carnaval não era feriado.

Determinou ainda no despacho que antes referiu que apesar da tolerância de ponto na terça-feira asseguraria os serviços mínimos. Confessou não saber o que isto queria dizer, mas acreditando que a documentação para esta reunião “estaria disponível no Salão Nobre dos Paços do Concelho com 48 horas de antecedência”, tal como o Sr. Presidente incumbiu a D. Fernanda de comunicar a todos no mail de segunda-feira, veio à Câmara na terça-feira, para analisar os processos, e deparou-se com a porta fechada.

Perguntou, se na terça-feira não era feriado, porque não pôde ter acesso à documentação? Desta forma, e uma vez mais, a lei não foi cumprida, e, para além da documentação não lhe ter sido enviada em devido tempo, também não pôde ter acesso à mesma.

Considera lamentável que, ao fim de tantos meses, se continue a não respeitar os eleitos e se insista em não cumprir a lei.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Prémio Afonso Lopes Vieira – Congratulou-se com o facto de os membros do executivo com pelouros terem aceite a proposta do + Concelho de levar a cabo uma homenagem com atribuição de um prémio ao poeta Afonso Lopes Vieira. Trata-se de uma ilustre figura da cultura portuguesa, que, no entender do + Concelho, deve ser dada a conhecer a todas as gerações, como fonte de inspiração e de criação artística. Existe, felizmente, no concelho, quem se tenha dedicado a investigar a obra do nosso poeta, com trabalhos publicados de enorme rigor e seriedade e reconhecidos pela comunidade. Sugeriu que este rigor e seriedade sejam o critério adotado para a composição do júri de seleção e atribuição deste prémio.
- ⇒ Posto de Turismo – Pretende saber o que se passa relativamente à situação do Posto de Turismo, se ficou esquecida? Não compreende como é que temos um Guia Turístico no site do Município, com tanta qualidade e tão apelativo, e depois não temos um Posto de Turismo compatível, onde as pessoas se possam dirigir para obterem informações ou brochuras complementares.
- ⇒ TUMG – a empresa presta um serviço indispensável à população, mas após as últimas alterações introduzidas ainda se continuam a ouvir reclamações, tanto na paragem junto à Rodoviária Nacional, como durante as viagens. Convém melhorar a identificação de destino dos autocarros. Por exemplo: alguém que queira apanhar a linha verde, como identifica o autocarro que vai até ao “Intermarché” e o que vai até à Garcia? Sugeriu que seja colocado o nome da linha e os sítios por onde passa, para que as pessoas não se enganem.
- ⇒ Terminou a intervenção referindo que hoje se comemora a morte de Rómulo de Carvalho, que também foi um grande poeta, e a quem prestou uma pequena homenagem pessoal.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que concorda com a intervenção eficaz do Sr. Vereador Vítor Pereira, na resposta dada ao Sr. Vereador António Santos. Aqui na Marinha Grande passa-se muita coisa, e ela própria até já utiliza o slogan “I love Marinha”. Ainda bem que Leiria faz muita coisa, a Marinha Grande também faz, mas prefere ficar aqui e participar nas iniciativas de cá.

- ⇒ Lamentou que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira critique as notícias que internacionalmente elogiam arquitetonicamente um edifício da Marinha Grande. É evidente que poderá ter problemas, que estão a ser tratados no âmbito próprio, por isso não pode deixar de lamentar esta atitude.
- ⇒ Posto de Turismo – pensa que a Sr.^a Vereadora Maria João quer dizer que merecíamos ter um edifício próprio, porque neste momento quem quer visitar a Marinha Grande tem onde se dirigir: a Câmara Municipal, com uma portaria, e o Museu do Vidro, com um balcão próprio. A afirmação não é verdadeira, porque há onde se dirigir. A questão da sinalética já é diferente e está a ser tratada.
- ⇒ Por último deixou um convite para a visita às muitas iniciativas e exposições que se fazem na Marinha Grande.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Estátua do Jardim Luís de Camões – o Sr. Vereador Paulo Vicente com certeza que irá responder.
- ⇒ Edifício da Resinagem – compreende que haja problemas, visto tratar-se de um edifício antigo, mas é uma situação que está a ser acompanhada.
- ⇒ Desfile de carnaval no domingo e terça-feira – informou o Sr. Vereador Aurélio Ferreira que por respeito ao voluntarismo do movimento associativo não deu qualquer resposta ao que foi publicado no jornal, porque quem assina em nome de uma associação fá-lo quase em usurpação de funções, porque já não existe direção há muitos meses. A pessoa merece-lhe toda a estima, o relacionamento tem sido o melhor, mas pelo facto de não haver direção, e de a pessoa em causa ter feito um trabalho muito meritório anteriormente não lhe dá o direito de falar o que falou sobre a Câmara e o pelouro, pois não se fez o desfile de carnaval porque não havia direção. Tão só. No ano anterior houve carnaval, apoiado pela Câmara com verbas, e chegou-se à conclusão que tinha que ser feita alguma coisa porque não tinha tido a dignidade que a Marinha Grande merece, pois foi muito pobre. Independentemente de tudo, entende que o assunto deveria ter sido conversado, o seu gabinete está sempre aberto e a Câmara está sempre disponível para apoiar, dentro das suas possibilidades. Não é a Câmara que tem que promover o carnaval, porque nunca o fez, apenas o tem vindo a apoiar, quer logisticamente quer financeiramente, como aconteceu no ano passado. Por último fez votos sinceros para que a ACAMG resolva os seus problemas e consiga encontrar uma direção, para que em conjunto com a Câmara possa servir a população.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ TUMG – neste momento ainda estão a ser sedimentados os trajetos, mas irão ser identificados os percursos dos autocarros, está-se em processo de aquisição dos abrigos, com mupi's de um dos lados, para colocação de publicidade, permitindo assim aumentar as receitas, cujo processo a seu tempo virá à Câmara.
- ⇒ Tolerância – o Sr. Vereador Aurélio Ferreira quis criar um facto político, porque os serviços mínimos foram garantidos e assegurados (as roturas de água não deixaram de ser reparadas e os funerais não deixaram de ser feitos). Os documentos para a reunião de hoje foram enviados por e-mail, tal como o Sr. Vereador tem pedido, e nunca aqui vem ver os processos. Quis, através das redes sociais, criar um facto político, não conseguiu, e ainda bem que os funcionários da Câmara puderam divertir-se no carnaval, gozando e merecendo a tolerância de ponto que lhes foi concedida.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – pensava que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira enaltecia o que de bom se faz no concelho, e se há renovação que agradou foi a requalificação do Jardim Luís de Camões. O café ali existente é talvez um dos que mais gente tem, porque o espaço ficou agradável e aprazível. Era isto que esperava da parte do Sr. Vereador, porque contribuiu para que essa requalificação fosse feita. Mas não, é só demagogia.
O esboço da estátua, porque é disso que se trata uma vez que o original é o que está em bronze no Museu Joaquim Correia, foi lavado, é em gesso e por isso não é fácil recuperá-lo. Vai verificar a questão do brasão.
Disse ainda que enquanto aqui estiver e com os pelouros que lhe estão atribuídos, não serão os remoques do Sr. Vereador que lhe tirarão a vontade de intervir e servir as populações que o elegeram.
- ⇒ Resinagem – é a mesma situação do jardim. Está a ser feito o levantamento das situações a resolver, e além disso há garantias para isso mesmo.
- ⇒ Carnaval – são os próprios pais que têm vindo a pedir à Câmara para que as crianças sejam resguardadas num local abrigado do frio e da chuva, habituais nesta altura do ano. Já aconteceu não haver plano B e as crianças nem sequer saíram das escolas.

Nesta altura o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir, porque ainda não tinha esgotado o seu tempo, e releu aquilo que tinha dito sobre o edifício da Resinagem:
“Enalteço o facto de a Marinha Grande ou os marinhenses serem referenciados a nível nacional e internacional, como sempre aqui o tenho feito (...)”

Sobre o jardim, mostrou a foto do brasão e perguntou ao Sr. Vereador se considera como bem feito o trabalho que foi realizado, porque se assim for é incompetência, porque o que define um bom trabalho, em qualquer sector, são os pormenores.

O Sr. Presidente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Começando pelo fim, referiu que é muito bonito ter bons pormenores e depois a casa cair por não estar bem construída.
- ⇒ Ao Sr. Vereador António Santos disse que é verdade que Leiria tem muitas iniciativas, tem mais dinheiro, mas que lhe lançava o repto de contar as casas de habitação social existentes em Leiria e os impostos pagos em cada um dos concelhos.
- ⇒ SCM – hoje a Câmara vai decidir dar uma doação, que é a isenção das taxas, não ficando à espera que outros o façam.
- ⇒ Sinalética – está a ser feita, a própria Câmara vai ser identificada, mas terá que ser tudo feito de uma forma integrada. Depois poderá é não ser do agrado de todos, como é o caso da cor da Câmara, mas que se trata da reposição da cor inicial.
- ⇒ Jardim – foi uma intervenção feita com algum cuidado, mas poderá ter falhado alguma coisa e haver alguns problemas, que se procurarão resolver.
- ⇒ Resinagem – sabe que a exposição “Esculpir o Aço” não foi do agrado de muitos, mas a verdade é que está lá, foi candidata e está a ser apoiada com fundos e também por algumas empresas da Marinha Grande. Os restantes espaços têm vindo a ser utilizados, designadamente o Auditório.
- ⇒ Tolerância – o Sr. Vereador pretendeu criar um facto político, porque em ano e meio nunca cá veio consultar os processos (o Sr. Vereador Aurélio protestou). Por outro lado, como tem o seu número de telefone, podia ter-lhe pedido que viria cá, com muito gosto, para lhe abrir a porta. Os serviços mínimos foram assegurados, e garantiu que, enquanto estiver na Câmara, concederá sempre tolerância de ponto, pois não será o governo que lhe irá tirar essa competência.
- ⇒ Centro tradicional – o Sr. Vereador António Santos não encontrou pessoas no centro no domingo de carnaval porque as pessoas da Marinha Grande, felizmente, podem sair e deslocar-se para ver os desfiles de outros concelhos.
- ⇒ Turismo – o posto de Turismo de Leiria vai fechar, tratando-se de mais um ataque do poder central. Não há dinheiro, os funcionários vão para a mobilidade e os espaços “morrem”. A Câmara vai tentar arranjar um ou dois técnicos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:

- Reforçou o convite que fez no início, para assistirem à reunião do CLAS – Conselho Local de Ação Social;
- Pediu a todos os partidos e movimentos para que os seus representantes jovens estejam preparados para a reunião do Conselho Municipal da Juventude, cuja data ainda não está marcada.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:45 horas às 10:55 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No recomeço da reunião, o **Sr. Presidente** leu o comunicado à população divulgado pela Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, que vem confirmar as informações dadas na última reunião sobre o funcionamento do Centro de Saúde de Vieira de Leiria, e que dá conta das diligências efectuadas pela Junta de Freguesia junto das entidades competentes.

Por outro lado informou que a Câmara ainda não obteve resposta ao pedido de reunião apresentado à ARS, e que já foi feito há três semanas.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que deve ficar registado em ata que o executivo camarário se solidariza com a população de Vieira de Leiria e do concelho da Marinha Grande pela falta de médicos, uma vez que o Centro de Saúde de Vieira de Leiria é uma extensão do Centro de Saúde da Marinha Grande.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 3, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2015

89 - Presente a ata n.º 3 da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 05 de fevereiro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N. 98/15, DATADO DE 22/01/2015 – PC N.º 23/15, DATADO DE 22/01/2015 –
MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**

90 - Presente pedido com o registo n.º 98/15, datado de 22/01/2015 relativo a licenciamento de **ampliação de edifício comercial (supermercado)**, sito na Avenida José Henriques Vareda, 122, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8716 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18576, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 23/15, com data de entrada de 22/01/2015, apresentado por **MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**, com o NIPC 502 011 475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, freguesia de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, concelho de Matosinhos.

Presente informação técnica, datada de 10/02/2015 que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido, condicionado à apresentação dos projetos de especialidade aplicáveis, no prazo de seis meses a contar da data da respetiva notificação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de edifício comercial (supermercado), sito na Avenida José Henriques Vareda, 122, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8716 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18576, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 23/15, com data de entrada de 22/01/2015, apresentado por MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A., com o NIPC 502011475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, freguesia de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;**
- 2.- Assegurar a execução dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.**

Mais delibera informar a sociedade requerente que o edifício, por contemplar uma área total de construção superior a 500,00 m², corresponde a uma unidade com impacto urbanístico relevante, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, ficando, a operação urbanística, nos termos do n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, sujeita às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

4 - REQ. N. 135/15, DATADO DE 30/01/2015 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA

g1 - Presente pedido com o registo n.º 98/15, datado de 22/01/2015, relativo a licenciamento de **alterações a realizar em obra de ampliação de edifício comercial (supermercado)**, existente na Avenida 1.º de Maio, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho de Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento número 183/14, com registo de entrada de 30/05/2014, apresentado por **LIDL & COMPANHIA**, como o NIPC 503340855, com sede na Rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de Santa Maria, São Miguel, São Martinho, e São Pedro Penaferrim, concelho de Sinta, cujos trabalhos se encontram titulados pelo alvará de obras de ampliação n.º 3/15, emitido em 09 de janeiro de 2015 e válido até 8 de julho de 2015.

Presente informação técnica, datada de 12/02/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado, referente às alterações a realizar em obra, em condições de ser deferido, condicionado à apresentação das respetivas alterações aos projetos de especialidade aplicáveis, no prazo de seis meses a contar da data da respetiva notificação.

Após análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **alterações a realizar em obra de ampliação de edifício comercial (supermercado)**, existente na Avenida 1.º de Maio, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho de Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento número 183/14, com registo de entrada de 30/05/2014, apresentado por **LIDL & COMPANHIA**, como o NIPC 503340855, com sede na Rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de Santa Maria, São Miguel, São Martinho, e São Pedro Penaferrim, concelho de Sinta, cujos trabalhos se encontram titulados pelo alvará de obras de ampliação n.º 3/15, emitido em 09 de janeiro de 2015 e válido até 8 de julho de 2015, com os seguintes condicionalismos:

- 1 – Apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data da notificação, as alterações aos projetos de especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;**
- 2 – Assegurar a execução dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.**

Mais delibera informar a sociedade requerente que o edifício, por contemplar uma área total de construção superior a 500,00 m², corresponde a uma unidade com impacto urbanístico relevante, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, ficando, a operação urbanística, nos termos do n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, sujeita às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 147/15, DATADO DE 03/02/2015 – PC N.º 434/14, DATADO DE 15/12/2014 –
HIDROMARINHA LDA**

92 - Presente pedido com o registo n.º 147/15, datado de 3/02/2015 relativo a **licenciamento da construção de edifício destinado a armazém, serviços e comércio**, num terreno sito na estrada de Leiria, ao Km 9,36, Zona Industrial da Marinha Pequena, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12233 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10592, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 434/14, com data de entrada de 15/12/2014, apresentado por **Hidromarinha, Lda.**, com o NIPC 505791900, com sede na rua José Alves Júnior, s/n, Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 13/02/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de edifício destinado a armazém, serviços e comércio, num terreno sito na estrada de Leiria, ao Km 9,36, Zona Industrial da Marinha Pequena, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12233 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10592, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 434/14, com data de entrada de 15/12/2014, apresentado por Hidromarinha, Lda., com o NIPC 505791900, com sede na rua José Alves Júnior, s/n, Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:

a) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

b) Licenciamento a emitir pela EP, SA., Estradas de Portugal, relativo ao acesso e aos muros de vedação confinantes com a EN 242.

2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários à correta execução da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 156/15, DATADO DE 04/02/2015 – PC N.º 19/15, DATADO DE 20/01/2015 –
HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE**

93 - Presente requerimento n.º 156/15, datado de 2015/02/04, constante do processo camarário n.º 19/15, subscrito por **HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE**, com o NIF n.º 235200700, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande e **ANA MARGARIDA LAGE PINTO VIEIRA PINTO**, com o NIF n.º 244800464, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19822, e inscrito na respetiva matriz sob o número 7728.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/02/12, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19822, e inscrito na respetiva matriz sob o número 7728, com o número de processo 19/15, com data de entrada em 2015/01/20, apresentado por HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE, com o NIF n.º 235200700, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande e ANA MARGARIDA LAGE PINTO VIEIRA PINTO, com o NIF n.º 244800464, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agriões, com a largura de 1,50m e pavimentação da respetiva zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

4. Quando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1938/14, DATADO DE 19/12/2014 – PC N.º 442/14, DATADO DE 19/12/2014 – PAULO JORGE PEREIRA GONÇALVES

94 - Presente requerimento n.º 1938/14, registado em 2014/12/19, referente ao processo n.º 442/14, a solicitar o licenciamento da obra de construção de moradia, no prédio sito no lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11930 e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 1981, apresentado por Paulo Jorge Pereira Gonçalves, com o NIF 229369596, residente na Rua de Londres, Lote 40 – 3.º Esq., freguesia de Marrazes, concelho de Leiria.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/01/28 e de 2014/02/11, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após análise do requerimento n.º 1938/14, registado em 2014/12/19, referente ao processo n.º 442/14, a solicitar o licenciamento da obra de construção de moradia, no prédio sito no lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11930 e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 1981, apresentado por Paulo Jorge Pereira Gonçalves, com o NIF 229369596, residente na Rua de Londres, Lote 40 – 3.º Esq., freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, bem como dos pareceres técnicos de 2014/01/28 e de 2014/02/11, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura.

Mais DELIBERA INFORMAR que:

- 1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
- 2- O passeio deverá ser executado em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m após execução de uma camada de base em Tout-Venant de 0,15m de espessura e lançil de betão com 0,12m de espessura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 106/15, DATADO DE 23/01/2015 – PC N.º 410/14, DATADO DE 18/11/2014 – PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS

95 - Presentes requerimentos n.º 1765/14, n.º 1873/14, e n.º 106/15 registados em 2014/11/18, 2014/12/05 e 2015/01/23, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 410/14, referente a pedido de **licenciamento de alterações da moradia**, sita na Rua do Fagundo, n.º 6, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19440 e descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 19479, cujo último licenciamento ocorreu através do processo camarário n.º 297/11, com alvará de licença n.º 104/12, apresentado por **PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS** com o NIF 215294491, residente na Rua do Fagundo, n.º 6, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2015/02/02 que refere estar o projeto de arquitetura em condições de ser tomada decisão sobre o pedido.

Após análise dos requerimentos n.º 1765/14, n.º 1873/14, e n.º 106/15 registados em 2014/11/18, 2014/12/05 e 2015/01/23, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 410/14, referente a pedido de licenciamento de alterações da moradia, sita na Rua do Fagundo, n.º 6, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19440 e descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 19479, cujo último licenciamento ocorreu através do processo camarário n.º 297/11, com alvará de licença n.º 104/12, apresentado por PEDRO MIGUEL LIMA DOS SANTOS com o NIF 215294491, residente na Rua do Fagundo, n.º 6, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2015/02/02, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Mantêm-se os condicionalismos expressos nos n.ºs 2 ao n.º 4 da Deliberação de Câmara tomada na reunião de 2011/10/13, que aprovou o projeto de arquitetura no âmbito do processo camarário n.º 297/11, que se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação, designadamente:

- Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua do Fagundo, cujos alinhamento, dimensão e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos respetivos serviços camarários.

- Os muros de vedação a construir junto da via pública e entre extremas, deverão observar o disposto no art. 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, nomeadamente:

- i) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;

ii) O muro de vedação confinante com a Rua do Fagundo, não poderá exceder a altura de 0,80m acima da cota do passeio fronteiro, podendo ser encimado por elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;

iii) Os muros de vedação entre extremas não poderão exceder 2,00m de altura, a conta da cota natural mais elevada dos terrenos que vedam.

- A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

2- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 79/15, DATADO DE 20/01/2015 – PC N.º 20/15, DATADO DE 20/01/2015 – MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE

96 - Presente requerimento n.º 79/15, registado em 2015/01/20, relativo ao processo n.º 20/15, referente ao licenciamento de obra de construção de passeio e muro de vedação (legalização), no prédio sito na Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1468 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19822-P, apresentado por MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE, com o NIF 184093392, residente em Estrada da Garcia, n.º 65, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presentes pareceres técnicos, datados de 2015/02/05 e de 2015/02/10, que atestam estar o pedido apto a aprovação.

Após a análise do pedido formulado através do requerimento n.º 79/15, registado em 2015/01/20, relativo ao processo n.º 20/15, referente ao licenciamento de obra de construção de passeio e de muro de vedação (legalização), no prédio sito na Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1468 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 19822-P, apresentado por MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE, com o NIF 184093392, residente em Estrada da Garcia, n.º 65, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, DEFERIR o mesmo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Mais delibera informar o requerente que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 126/15, DATADO DE 29/01/2015 – PC N.º 441/14, DATADO DE 19/12/2014 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO

97 - Presente requerimento n.º 126/15, datado de 2015/01/29, constante do processo camarário n.º 441/14, subscrito por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531, residente na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16307, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5867.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/02/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16307, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5867, com o número de processo 441/14, com registo de entrada de 2014/12/19, apresentado por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531, residente na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 23/15, DATADO DE 07/01/2015 – PC N.º 9/2015, DATADO DE 07/01/2015 –
MARIA JÚLIA FERREIRA BARROS GUARDA RIBEIRO, ANTÓNIO JÚLIO FERREIRA RIBEIRO E
ÂNGELA MARIA FERREIRO RIBEIRO**

98 - Presente requerimento n.º 23/15, datado de 2015/01/07, constante do processo camarário n.º 9/2015, apresentado por **MARIA JÚLIA FERREIRA BARROS GUARDA RIBEIRO**, com o NIF 162746237, com residência na Avenida Marquês de Pombal, n.º 21, 4.º Dt.º Leiria, **ANTÓNIO JÚLIO FERREIRA RIBEIRO**, com o NIF 197179320, com residência na Travessa da Rua Principal, Vivenda 1.ª, Zambujo, Cortes, concelho de Leiria e **ÂNGELA MARIA FERREIRO RIBEIRO**, com o NIF n.º 207457735, com residência na Rua de Vinhas, n.º 152, Montedor, Carreço, concelho de Viana do Castelo, a solicitar a emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na Rua Pereira Crespo, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção 57/81, datado de 1981/11/07, referente ao licenciamento da obra de “Construção de edifício de habitação e comércio”, sito no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18945 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10147, da freguesia e concelho de Marinha Grande, reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, previsto no Código Civil em vigor. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/02/13, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise do pedido de emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na Rua Pereira Crespo, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção 57/81, datado de 1981/11/07, referente ao licenciamento da obra de “Construção de edifício de habitação e comércio”, sito no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18945 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10147, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 9/2015, com data de entrada em 2015/01/07, apresentado por MARIA JÚLIA FERREIRA BARROS GUARDA RIBEIRO, com o NIF 162746237, com residência na Avenida Marquês de Pombal, n.º 21, 4.º Dt.º, Leiria, ANTÓNIO JÚLIO FERREIRA RIBEIRO, com o NIF 197179320, com residência na Travessa da Rua Principal, Vivenda 1.ª, Zambujo, Cortes, concelho de Leiria e ÂNGELA MARIA FERREIRO RIBEIRO, com o NIF 207457735, com residência na Rua de Vinhas, n.º 152, Montedor, Carreço, concelho de Viana do Castelo, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir e mandar emitir a certidão requerida, comprovativa de que o edifício, tal como consta em projeto aprovado no âmbito do processo de licenciamento número 1948 de 1980, possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

**12 - REQ. N. 155/15, DATADO DE 04/02/2015 – PC N.º 319/14, DATADO DE 23/09/2014 –
JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA**

99 - Presente requerimento n.º 155/15, datado de 2015/02/04, constante do processo camarário n.º 319/14, subscrito por **JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA**, com o NIF n.º 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8941 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 5707 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/02/13, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização de moradia unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8941 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 5707 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 319/14, com data de entrada em 2014/09/23, apresentado por **JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA**, com o NIF n.º 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 194/15, DATADO DE 12/02/2015 – PC N.º 158/14, DATADO DE 12/05/2014 –
POÇO – EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, S.A.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

100 - Presente pedido com o registo n.º 194/15, datado de 12/02/2015 relativo a **licenciamento de construção de muros de vedação e de ponte rolante exterior** numa instalação industrial existente na rua Central do Moinho de Cima, n.º 22, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19821-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 158/14, com data de entrada de 12/05/2014, apresentado por **Poço - Equipamentos Industriais, S.A.**, com o NIPC 502 669 012 com sede na rua de Marrazes, lote 32, Zicofa, freguesia de Marrazes e Barosa, concelho de Leiria.

Presente parecer favorável emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para a utilização de recursos hídricos, relativo à construção solicitada pelos requerentes.

Presente informação técnica, datada de 16/02/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de muros de vedação e de ponte rolante exterior numa instalação industrial existente na rua Central do Moinho de Cima, n.º 22, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19821-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 158/14, com data de entrada de 12/05/2014, apresentado por Poço - Equipamentos Industriais, S.A., com o NIPC 502 669 012 com sede na rua de Marrazes, lote 32, Zicofa, freguesia de Marrazes e Barosa, concelho de Leiria

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

**14 - REQ. N. 162/15, DATADO DE 05/02/2015 – PC N.º 54/14, DATADO DE 21/02/2014 –
FABIO SILVA DOS SANTOS**

101 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 162/15 de 05/02/2015, apresentado por **FABIO SILVA DOS SANTOS**, com o NIF 208584293, residente em Rua do Lavadouro, n.º 20A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua do Lavadouro, n.º 20-A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 54/14.

Presente parecer técnico datado 11/02/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Lavadouro, n.º 20-A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, propriedade de **FABIO SILVA DOS SANTOS**, com o NIF 208584293, residente em Rua do Lavadouro, n.º 20A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 199/15, DATADO DE 13/02/2015 – PC N.º 238/14, DATADO DE 02/07/2014 -
SAGREC - CONSTRUÇÕES S.A.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

102 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 199/15 de 13/02/2015, apresentado por **SAGREC - CONSTRUÇÕES S.A.**, com o NIPC 506674908, com sede em Rua de Portugal, Lote 7, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o posto de abastecimento de combustíveis sito no mesmo local, cuja construção e instalação se encontram licenciadas no âmbito do processo n.º 238/14.

Presente parecer técnico datado 13/02/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista nos números 5 e 6 do artigo 12 do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro e artigo 14.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua de Portugal, Lote 7, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SAGREC - CONSTRUÇÕES S.A., com o NIPC 506674908, com sede em Rua de Portugal, Lote 7, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - E/6750/2014 - EXPOSIÇÃO REFERENTE A UMA CASA DEGRADADA, COM EVENTUAL PERIGO PARA A SAÚDE PÚBLICA – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE.

103 - Presente requerimento registado sob o n.º E/6750/2014, datado de 19/08/2014, apresentado por **MARIA MANUELA JORGE GOMES JOÃO**, com o NIF 109508629, residente em Rua Manuel Francisco, n.º 1, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, a dar conta da existência de um edifício degradado, confinante com a sua habitação, dentro do qual existe *“bicharada por tudo quanto é canto e muito mato.”*. Presente parecer da Divisão Jurídica e de Contratação, datado de 07/01/2015, sobre a pertinência da realização de vistoria para verificação das condições de segurança e salubridade no local, face ao resultado da análise de risco efetuada pelos serviços de fiscalização, com classificação de risco alto. Presente ficha de avaliação d risco do edificado, do serviço municipal de proteção civil, datada de 04/11/2014.

Após análise pedido e da informação datada de 07/01/2015, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, **DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA** ao imóvel sito em Rua Escola Secundária da Boavista, n.º 11, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **HERDEIROS DE JOAQUIM GOMES JUNIOR**, identificados como Joaquim Manuel Gomes Afonso, residente na Rua da fonte, n.º 30, R/C, Figueira da Foz, Rui Domingues Gomes, residente na Rua da Fonte, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande E Idalina Domingues Gomes; **MARIA MANUELA JORGE GOMES JOÃO**, residente na Rua Manuel Francisco, n.º 1, Boavista, **HERDEIROS DE LAURINDA PEREIRA JORGE**, COM morada na Rua Manuel Francisco, n.º 1, Boavista, Marinha Grande; **GEORGINA JORGE GOMES NEVES** residente em Mesquita Alta, São Brás de Alportel; **FERREIRA & BICA, LDA.**, com sede na Rua de Cabo Verde, n.º 177, Camarnal, Marinha Grande; **HERDEIROS DE LEONEL JORGE GOMES**, com morada em Tv do Lameiro, casas Azuis, n.º 3, Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 04/03/2015, pelas 9h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Dra Eunice Marques

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Vasco Fernandes

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

NOTIFICAR todos os proprietários do imóvel da realização da vistoria.
INFORMAR a requerente, bem como os demais proprietários do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - E/7614/2014 - RECLAMAÇÃO SOBRE TERRENO EM TALHÕES – VIEIRA DE LEIRIA – RESULTADO DA VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE

104 - Presente requerimento registado sob o n.º E/7614/2014, datado de 25/09/2014, apresentado por **CARLOS MANUEL PIMENTA PEDROSA**, com o NIF 179747533, residente em Rua José Pereira Inácio, n.º 4, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a dar conta da existência de um terreno, confinante com a sua habitação, *que “está a servir de depósito de: ferro velho, materiais de construção, muita madeira, lixo das construções, para não falar de bicharada, como por exemplo ratos.”.*

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 22/01/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 02/02/2015, referente à vistoria realizada na mesma data, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, a Câmara delibera, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, determinar a notificação da reposição da legalidade, designadamente com a execução das obras de demolição de todas as edificações, que se encontram ilegais, existentes no terreno sito em Rua José Pereira Inácio, propriedade de **ELPIDIO JESUS CARNIDE, residente em Rua da Ermida, n.º 32102425-078 Serra de Porto do Urso, , face às más condições de edificabilidade que apresentam, as quais estão na base dos danos provocados no edifício contíguo, concedendo ao proprietário do terreno um prazo de 30 dias úteis para a apresentação do competente projeto de licenciamento da operação urbanística, considerando que as condições apresentadas pelas edificações não permitem o seu licenciamento (legalização).**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

INFORMAR o reclamante, proprietário do imóvel confinante com o terreno, Carlos Manuel Pimenta Pedrosa, do resultado da vistoria realizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1971/14, DATADO DE 30/12/2014 – PC N.º 623/2014, DATADO DE 30/12/2014 – ROSA DE JESUS DA CRUZ

105 - Presente requerimento registado sob o n.º 1971/14, datado de 30/12/2014, em apreço, apresentado por **ROSA DE JESUS DA CRUZ**, com o NIF 105775550, residente em Rua das Portas verdes, n.º 31, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um **pedido de vistoria** ao telhado e à chaminé do prédio onde habita, de forma a **verificar as condições de higiene, segurança e salubridade**, face à incomodidade sentida por fumos/gases oriundos das condutas de lareiras.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 22/01/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 05/02/2015, referente à vistoria realizada na mesma data, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, a Câmara delibera, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, determinar a notificação da execução de obras de intervenção ao nível das saídas dos ductos das chaminés, alteando a cota de saída de cada um, dispondo-os em cotas diferenciadas, atendendo aos ventos dominantes de noroeste, de acordo com o constante no referido auto de vistoria, à empresa a quem cabe a administração do condomínio, MMC – Administração de Condomínios, com sede em Travessa Vieira de Leiria, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, por esta intervenção incidir sobre zonas comuns do edifício, considerando que as anomalias detetadas na fração correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Rua das Portas Verdes, número trinta e um, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Rosa de Jesus da Cruz, designadamente, incomodidade sentida por fumos/gases oriundos das condutas de lareiras. Delibera, ainda, conceder à referida empresa administradora do condomínio um prazo máximo de 30 dias úteis para a execução da referida intervenção.

Mais delibera informar a reclamante, proprietária da fração mencionada, Rosa de Jesus da Cruz, do resultado da vistoria realizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N. 1927/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 –
SPORTING CLUBE MARINHENSE**

106 - Presente pedido com o registo n.º 1927/13, datado de 27/11/2013, relativo à **instalação de um estabelecimento de bebidas** num edifício sito na estrada de Leiria, n.º 111, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15407 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3750 e 5880, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 286/11, com data de entrada de 27/07/2011, apresentado por **Sporting Clube Marinhense**, com o NIPC 501 150 544, com sede na estrada de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo processo de licenciamento obteve deferimento em reunião de câmara de 12/12/2013; Presente informação técnica datada de 13 de fevereiro de 2015, a propor a notificação em sede de audiência prévia da intenção de declarar a caducidade da licença referente a este processo;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 13 de fevereiro de 2015, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que a associação interessada foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento da obra de instalação de um estabelecimento de bebidas no edifício sito na estrada de Leiria, n.º 111, Embra, tomada em reunião camarária de 12/12/2013, através do ofício n.º 1349/13, de 13/12/2013, rececionado em 19/12/2013.

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, os interessados tinham o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 20/12/2014, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

3- Considerando que os interessados não pediram a prorrogação do prazo inicialmente conferido, pese embora o pudessem fazer, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º.

4- Considerando que os interessados tinham até ao dia 20/12/2014 para requerer a emissão do respetivo alvará e não o fizeram.

5- Considerando que o decurso deste prazo, sem se requerer a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para realização dessa operação urbanística, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE.

6- Considerando que se encontram reunidas, na presente data, as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença.

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 286/11, para instalação de um estabelecimento de bebidas num edifício sito na estrada de Leiria, n.º 111, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15407 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3750 e 5880, da freguesia e concelho da Marinha Grande DELIBERA, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e no âmbito dos artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente, Sporting Clube Marinhense, com o NIPC 501 150 544, com sede na estrada de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, para se pronunciar por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, em sede de audiência prévia, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1549/09, DATADO DE 16/06/2009 – PC N.º 218/07, DATADO DE 29/03/2007 – COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA

107 - Presente processo n.º 218/07, apresentado por COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, Amor, Leiria, respeitante ao licenciamento de um reservatório de gasóleo, de 20.000 litros e posto de abastecimento para consumo próprio, para o qual não foi solicitado o respetivo alvará de construção e que, não obstante esse facto, se encontra já instalado na Quinta do Fagundo, na Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação datada de 12-02-2015, sobre o limite do prazo concedido à sociedade requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

A Câmara Municipal analisou o referido processo, bem como o parecer, datado de 12-02-2015, sobre o assunto e:

- Considerando que a sociedade Compostos Lis – Alimentos Compostos Para Animais, Lda., com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, Casalito Amor, Leiria, solicitou em 29-03-2007, através do requerimento n.º 1227, o licenciamento de um reservatório de gasóleo, de 20.000 litros, e posto de abastecimento para consumo próprio;
- Considerando que o pedido veio a ser deferido por deliberação camarária datada de 26-11-2009;
- Considerando que a interessada foi notificada do teor desta deliberação em 18-01-2010, através do ofício n.º 41/10, de 13-01-2010;
- Considerando que desde a sua notificação decorreu o prazo de um ano, previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, aplicável ao caso por força do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, sem que a interessada tivesse requerido o respetivo alvará para execução das ditas obras;

- Considerando que a requerente beneficiou da extensão de prazos prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 26/2010, de 30 de março;
- Considerando que por o mesmo não ter solicitado atempadamente a emissão do respetivo alvará, a licença, concedida através da deliberação de 26-11-2009, caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do mencionado Decreto-Lei n.º 555/99;
- Considerando que a sociedade titular do processo, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1323/14, datado de 12-12-2014, rececionado em 17/12/2014, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo pedido de licenciamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
- Para o efeito foram-lhe fixados 10 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 06/01/2015;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

Delibera, reunidos que estão os requisitos previstos no n.º 2 do já citado artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/91, de 16 de dezembro, na redação do do Decreto-Lei 26/2010, de 30 de março, declarar a caducidade da licença concedida por deliberação de 26-11-2007, para construção de um reservatório de gasóleo, de 20.000 litros e instalação de posto de abastecimento para consumo próprio, na Quinta do Fagundo, na Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo pedido de licenciamento foi apresentado pela sociedade COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, Casalito Amor, Leiria, por a mesma ter ocorrido em 19-01-2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 1384/12, DATADO DE 20/08/2012 – PC N.º 578/02, DATADO DE 26/06/2002 – MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.

108 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Construção de edifício habitacional*”, a que foi atribuído o número de processo 578/02, incidente sobre um prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.659 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.800, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com o NIPC n.º 502465883, com sede na Avenida Victor Galo, n.º 107, 3.º esq., freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/12/11, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da

Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente informação técnica datada de 2015/02/10, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações referentes à mencionada intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como a informação técnica que sobre ela recaiu, datada de 2015/02/10, e tendo verificado que, depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a sociedade requerente nada alegou, em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com o NIPC 502465883, com sede na Avenida Victor Galo, n.º 107, 3.º eq., freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, a que foi atribuído o número de processo 578/02, incidente sobre um prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.659 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.800, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2012/09/06, comunicada através do ofício n.º 786/12, de 2012/09/11, rececionado em 2012/09/27;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/09/28 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro);
3. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, tendo terminando em 2014/09/28 o prazo para a requerente solicitar o respetivo alvará;
4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2012/09/06, referente ao processo n.º 578/02, para a realização da obra de “*Construção de edifício habitacional*”, incidente sobre um prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.659 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo n.º 2.800, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com o NIPC 502465883, com sede na Avenida Victor Galo, n.º 107, 3.º eq., freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - E/177/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

109 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/177/2015, datado de 07/01/2015, apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 19,50 metros de betuminoso e 7,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua 42, n.º 10, n.º 24 e n.º 1, Rua do Olho Ferrado, n.º 41, Rua do Pinheiro Grande, n.º 2 e n.º 10 (Trutas) e Rua Álvaro Cunhal, n.º 32 (Ordem), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/01/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 19,50 metros de betuminoso e 7,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua 42, n.º 10, n.º 24 e n.º 1, Rua do Olho Ferrado, n.º 41, Rua do Pinheiro Grande, n.º 2 e n.º 10 (Trutas) e Rua Álvaro Cunhal, n.º 32 (Ordem), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - E/414/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

110 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/414/2015, datado de 13/01/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 9,00 metros de betuminoso e 18,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua do Bico, n.º 39, Rua dos Fetos, n.º 15 (Garcia), Rua Fonte dos Ingleses, n.º 30 (Forno da Telha), Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 14 (Engenho), Rua 1 – Bairro João de Deus, n.º 14 (Ordem) e Travessa 1.º de Maio, n.º 21, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 03/02/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 9,00 metros de betuminoso e 18,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua do Bico, n.º 39, Rua dos Fetos, n.º 15 (Garcia), Rua Fonte dos Ingleses, n.º 30 (Forno da Telha), Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 14 (Engenho), Rua 1 – Bairro João de Deus, n.º 14 (Ordem) e Travessa 1.º de Maio, n.º 21, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - E/416/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

111 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/416/2015, datado de 13/01/2015, apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 10,50 metros de betuminoso, 1,00 metro de calçada e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Lapidários, n. 3, n.º 10, n.º 14, n.º 16 e n.º 18 (Embra), Estrada da Garcia, n.º 79 (Cartaxo) e rua Álvaro Cunhal, n.º 36 (Casal Galego), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 03/02/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 10,50 metros de betuminoso, 1,00 metro de calçada e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Lapidários, n. 3, n.º 10, n.º 14, n.º 16 e n.º 18 (Embra), Estrada da Garcia, n.º 79 (Cartaxo) e rua Álvaro Cunhal, n.º 36 (Casal Galego), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos, bem como a sinalização eventualmente danificada, deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 178/15, DATADO DE 11/02/2015 – PC N.º 40/15, DATADO DE 11/02/2015 – SPORTING CLUBE MARINHENSE

112 - Presente pedido com registo de entrada n.º 178, datado de 11/02/2015, apresentado por **Sporting Clube Marinhense**, com o NIPC 501150544, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção do pagamento das taxas devidas pelo pedido de licenciamento de alterações ao edifício da sua sede social, relativo ao processo n.º 40/15, com registo de entrada de 11/02/2015, incidente sobre o prédio sito na mencionada morada.

Presente cópia dos estatutos da entidade requerente, bem como cópia da Declaração n.º 328/2001, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 253, de 31 de outubro de 2001, em que foi declarada a utilidade pública da requerente.

A Câmara Municipal analisou o referido requerimento, bem como a referida cópia dos estatutos e documento comprovativo da declaração de utilidade pública e,

- Considerando que a alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande permite que haja lugar à isenção ou à redução em 50% do pagamento de taxas, por parte de pessoas coletivas de utilidade pública, de associações desportivas, culturais e recreativas legalmente constituídas, referentes às pretensões que visem a prossecução dos estatutários;
- Considerando que o “Sporting Clube Marinhense” é uma entidade legalmente constituída e que foi declarada a sua utilidade pública – Cfr. Escritura pública de alteração dos estatutos da dita associação, datada de 19-09-2008, respetivo documento complementar e Declaração n.º 328/2001, publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 253 de 31 de outubro de 2001;
- Considerando que a associação em causa tem como objeto “fomentar o desporto, a educação física, cultura e recreio” – artigo 4.º dos mencionados estatutos;
- Considerando que a associação vai proceder a obras de alteração para beneficiação das condições do edifício-sede, sito na Rua de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, pretendendo torna-lo acessível a pessoas com mobilidade condicionada;
- Considerando que o dito edifício é o local onde a interessada desenvolve as suas atividades – artigo 2.º dos referidos estatutos;
- Considerando a importância da dita associação na formação de jovens atletas em diversas modalidades desportivas e na promoção de programas culturais e desportivos para a terceira idade;
- Considerando que, por esse motivo, é fundamental manter as ditas instalações com condições condignas à utilização por todos os associados;

Delibera, ao abrigo da já citada alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, conceder a isenção à associação denominada “Sporting Clube Marinhense”, com o NIPC 501150544, com sede em Rua de Leiria, n.º 111, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas constantes do quadro anexo, devidas pela entrada e apreciação do processo, pela emissão do alvará de construção e pela emissão da autorização de utilização, no montante de 800,86€ (oitocentos euros e oitenta e cinco cêntimos), por as obras em causa se destinarem à manutenção do bom estado do edifício e à sua adaptação para utilização por pessoas com mobilidade condicionada, utilizado para os fins prosseguidos pela associação, nomeadamente a prática de atividades de cariz desportivo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

	Designação (conforme Anexo I ao RMEUMG)	Taxa
Ponto 2.3 do Quadro VI	Apreciação do pedido de licenciamento de obras de edificação	250,00 €
Pontos 5. e 5.1 do Quadro VI	Emissão do alvará de construção referentes às alterações	310,00€
Ponto 1. do Quadro IX	Pedido de autorização de utilização	56,50€
Ponto 4.3 do Quadro XI	Emissão do alvará de autorização de utilização	184,35 €
TOTAL		800,85€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - SANTOS BAROSA, S.A. – PROPOSTA PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** explicou a solução proposta e constante da documentação que foi remetida a todos os membros do executivo.

Foram colocadas algumas questões, que foram respondidas, tendo o Sr. Vereador alertado para os prós e contras apontados pelos técnicos relativamente à solução encontrada, pelo que sugeriu que o assunto seja retirado, para que os Srs. Vereadores possam analisar bem o assunto e para eventualmente se deslocarem ao local, voltando o processo à próxima reunião, para discussão e decisão.

Esta sugestão foi aceite por todos, pelo que o assunto será agendado para a próxima reunião.

27 - PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

113 - Presente proposta de alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo.

A Câmara Municipal delibera, no uso do poder regulamentar conferido pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa às Autarquias Locais e nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submeter à Assembleia Municipal, as seguintes alterações ao “Regulamento do Orçamento Participativo de 2014”, para efeitos de aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei:

“REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Alterações

NOTA JUSTIFICATIVA

O Regulamento Participativo de 2014 foi criado para estabelecer o quadro normativo de um instrumento de participação cívica que o Município da Marinha Grande pôs à disposição de todos aqueles que partilham o seu território.

Volvido o primeiro ano desta experiência cabe, agora, proceder a ajustamentos que se coadunem com a aprendizagem que se retirou da sua implementação.

Pretende-se, com estas alterações, que o Regulamento do Orçamento Participativo discipline todas as futuras edições, e não apenas a que vier a ocorrer em cada ano, pelo que deixará de estar associado, na sua designação, o período a que respeita.

Por esse motivo deixará, igualmente, de constar o montante da verba a afetar fazendo-se, apenas, a remissão para o orçamento municipal de cada ano.

Para além do afinamento que algumas normas sofreram consagra-se, na perspetiva de uma maior aproximação dos cidadãos a este processo, a possibilidade de a votação poder efetuar-se nas Juntas de Freguesia de Vieira de Leiria e da Moita e institui-se a divulgação dos resultados da votação das propostas em assembleia participativa, convocada para o efeito, por se entender que este é o meio que permite um maior contacto entre participantes e poder público.

Finalmente, e com vista a fomentar uma participação ativa, todas as propostas apresentadas, nas mesas das assembleias participativas, serão aceites, deixando de existir a limitação de duas propostas por mesa, sem prejuízo de cada participante poder, apenas, submeter à apreciação da Comissão Técnica um único projeto.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa às Autarquias Locais, a Câmara Municipal, em sua reunião de 19 de fevereiro de 2015, deliberou, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, as alterações aos artigos 1.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º, 10.º, 11.º, 13.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º do “Regulamento do Orçamento Participativo de 2014”, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º [...]

O presente regulamento define as normas de participação e intervenção no Orçamento Participativo do Município da Marinha Grande.

Artigo 4.º [...]

O valor global das propostas a executar no âmbito do Orçamento Participativo é aquele, que em cada ano, for definido no orçamento municipal.

Artigo 5.º
[...]

[...]

- a)[...];
- b)[...];
- c)[...];
- d)[...];
- e) [...];
- f) Cultura, juventude, desporto e ação social.

Artigo 7.º
[...]

1- [...].

2- [...]:

- a) Fase de conceção – até 15 de abril;
- b) Fase de operacionalização – de 16 de abril a 30 de junho;
- c) Fase de análise técnica das propostas – 01 a 31 de julho;
- d) Fase de reclamação – 03 a 14 de agosto;
- e) Fase de votação – 01 de setembro a 10 de outubro;
- f) Fase de publicitação dos resultados – a partir de 15 de outubro.
- g) [*revogado*].

3- A fase de execução e monitorização corresponde ao segundo ano do ciclo e inicia-se com a implementação dos projetos aprovados.

4- O prazo que comece ou termine ao fim de semana ou em dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil.

Artigo 8.º
[...]

[...].

a) [...];

b) [...];

c) [*Revogado*]

2 – A divulgação e promoção pública do processo é feita no sítio da *Internet* do Município e microsítio do Orçamento Participativo, página de *facebook*, *outdoors*, *mupis*, agenda cultural, *newsletter* e noutros meios considerados adequados.

Artigo 10.º
[...]

1-[...].

2-[...].

3-As propostas devem:

- a) Identificar, através de planta ou outro documento, o local de implementação do projeto;
- b) Ser claras e concretas;
- c) Incidir sobre o domínio público ou privado do Município;
- d) Respeitar o valor máximo afeto ao Orçamento Participativo de cada ano;
- e) Ser tecnicamente exequíveis;

4-As propostas não podem colidir com projetos ou planos municipais, nem ultrapassar os 3 meses de execução.

5-É motivo de exclusão das propostas o incumprimento de qualquer dos critérios previstos nos anteriores números 3 e 4.

6-[Anterior n.º 4].

Artigo 11.º

[...]

Findo o período de análise das propostas é elaborada e divulgada a lista provisória das propostas admitidas e excluídas, para, se for o caso, serem apresentadas reclamações.

Artigo 13.º

[...]

1-O resultado da votação é divulgado na assembleia participativa convocada para o efeito.

2-O resultado da votação é, ainda, publicitado no sítio da Internet do Orçamento Participativo e noutros meios considerados adequados, no dia útil seguinte ao da assembleia participativa prevista no número anterior.

Artigo 15.º

[...]

1-[...].

2-[...].

3-As propostas devem ser apresentadas em formulário próprio disponibilizado para o efeito.

4-[Anterior n.º 3].

Artigo 16.º

[...]

1-As propostas são apresentadas eletronicamente no sítio da *Internet* do Orçamento Participativo, presencialmente no Balcão das Relações Públicas do edifício dos Paços do Concelho ou nas assembleias participativas convocadas para o efeito.

2-A votação efetua-se eletronicamente, diretamente pelo participante ou de forma mediada no Balcão das Relações Públicas do edifício dos Paços do Concelho;

3-Nas Juntas de Freguesia de Vieira de Leiria e da Moita a votação efetua-se através de boletim de voto depositado em urna.

4-O acesso mediado é efetuado por trabalhador da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesias referidas no número anterior, que procedem à identificação do participante e o auxiliam na votação.

5-A votação é sempre antecedida do respetivo registo.

6-O registo previsto na alínea anterior só pode efetuar-se até às 24 horas do dia imediatamente anterior ao do término da fase de votação.

Artigo 17.º
[...]

1-[...].

2-[...].

3-[...].

4-[...].

5- Cada mesa pode apresentar tantas propostas quanto o número de participantes.

6-[...].

7-[...].

8- As assembleias participativas destinam-se, ainda, a publicitar os resultados da votação, sendo convocadas para o efeito.

Artigo 18.º
[...]

1-As assembleias participativas decorrem no Auditório do “Edifício da Resinagem”, sito na Praça Guilherme Stephens, da freguesia da Marinha Grande, nas sedes das Juntas de Freguesia de Vieira de Leiria e da Moita ou noutros locais considerados adequados.

2-[*revogado*]

Artigo 19.º
[...]

1- As propostas não podem exceder o montante estipulado no orçamento municipal.

2-[*revogado*].

3-[...].

4-[...].

Artigo 20.º
[...]

1-São aprovadas as propostas mais votadas que no seu conjunto perfaçam o montante previsto em orçamento municipal.

2-A proposta ou propostas vencedoras são convertidas em projetos pelos serviços municipais, com indicação do respetivo orçamento e do prazo previsto para a sua execução e implementadas no ano seguinte ao da sua votação.

Artigo 21.º
[...]

[revogado].”

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Pretender envolver os cidadãos numa participação activa devia ser uma prática recorrente dos responsáveis políticos. Mobilizar os cidadãos para participar nas decisões que têm em vista a criação de respostas às necessidades reais da população e promover uma dinâmica de efectiva e permanente participação dos cidadãos, fomentando o debate entre o poder público e a comunidade, é sinónimo de uma democracia madura. Mas, para isso, temos de criar a confiança nos cidadãos, demonstrar transparência e no quotidiano, mostrar estas práticas. Tal não sucede quando as suas sugestões são entendidas como ofensas, sujeitas a um enfado nos decisores e a ausências de respostas.

É neste contexto de lógica participativa que, em tese, surge o Orçamento participativo (OP). As intenções do OP são as melhores e até se assume que permitiriam maior vigilância democrática de todo o processo, mas esta iniciativa tem de fazer parte da postura e ética diária e não apenas num projecto isolado.

A nossa autarquia não tinha experiência em OP e por isso falei em fazer benchmarking, mas é reconhecido agora no relatório que “o Município da Marinha Grande assumiu um carácter totalmente inovador” e “quando demos início a este processo não conhecíamos os meandros do mesmo”. Se têm seguido alguns contributos tinham evitado problemas que agora assumem ser necessário melhorar.

No ano passado, e após o estudo aprofundado sobre orçamentos participativos, fiz propostas de melhoria do regulamento, fundamentados na experiência de outros OP, mas também com base na realidade do nosso concelho. Apenas alguns exemplos:

- Permitir que as propostas do OP fossem para além de “obras e equipamentos”, sobretudo em áreas sociais e cultura;*
- Definir um valor máximo para cada proposta;*
- Criar um formulário apropriado para a apresentação das propostas;*
- Incluir o desporto como mais um tema;*
- Incluir a fase da avaliação no final da execução;*
- Permitir que as propostas escolhidas pelo OP ultrapassem 3 meses de execução;*
- Permitir que os titulares de órgãos autárquicos possam votar as propostas do OP;*
- Explicitar no regulamento do OP como se faz o controle da votação electrónica, evitando o que aconteceu em 2014, em que houve votos que não foram de pessoas habilitadas a votar;*
- Fazer assembleias participativas nas freguesias da Moita e Vieira e nas colectividades mais distantes: S. Pedro, Amieira, Pilado, etc.*

Estes contributos não foram aceites no ano passado, e este ano, após o envio das minhas contribuições, apenas alguns foram considerados, não incluindo outras alterações ao regulamento do OP, que considero fundamentais para a relevância na comunidade e a transparência nas votações.

Dois exemplos concretos:

a) continuar a querer que o OP seja para fazer “obra”, num tempo onde a acção social é essencial para reduzir as desigualdades e a cultura poderia trazer jovens com projectos que engrandecessem a nossa terra;

b) Não explicitar como se faz o controle da votação electrónica, pode levar à mesma situação de 2014, onde tiveram votos que não tinham aptidão para votar e com isto pode criar um ambiente de falta de transparência, a todos os níveis evitável.

Deste modo, apesar de concordar com o orçamento participativo que devia permitir uma maior aproximação dos cidadãos às questões públicas, tornar-se transparente quanto à metodologia e avaliação das votações, não posso concordar com esta limitação de alteração ao orçamento participativo e como tal voto contra. O executivo já teve tempo suficiente para aperfeiçoar a medida.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Lamento profundamente a posição de votação do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e sobretudo a sua declaração de voto, uma vez que foi retirada a proposta anteriormente apresentada e dada a possibilidade a todos os elementos do executivo de apresentarem contributos ou propostas de alteração.

Querer prevalecer as suas posições sobre as da maioria dos eleitos não abona em nada os conceitos democráticos que invoca na sua declaração de voto.”

O Sr. Presidente da Câmara subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente.

28 - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2015.

114 - O mapa de pessoal, enquanto ferramenta de gestão dos recursos humanos, é um instrumento que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para desenvolvimento das respetivas atividades.

De acordo com o artigo 29.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os postos de trabalho são caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, das área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal.

Aquando da apresentação da proposta de mapa de pessoal para o corrente ano, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, e considerando que o cargo de Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento estava provido em regime de comissão de serviço, pelo técnico superior desta Câmara Municipal, Dr. Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves, licenciado em gestão de empresas, foi considerada essa habilitação literária como exigência daquele posto de trabalho.

Todavia, por despacho devidamente sustentado, nos termos do artigo 35.º, n.º 2 alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1 alínea e), subalínea iii) da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável por remissão do artigo 18.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, foi feita cessar a comissão de serviço do referido dirigente.

Com a vacatura do lugar e face à importância que a unidade orgânica em causa assume na prossecução de algumas atribuições do município, as funções inerentes ao cargo passaram a ser asseguradas, por outro técnico superior, a Dr.ª Catarina Sofia de Sousa Carvalho, em regime de substituição.

O regime de substituição é uma situação temporária que visa permitir o exercício de funções dirigentes em caso de ausência do titular do cargo ou vacatura do lugar, estando apenas sujeito à observação dos requisitos legais constantes do Estatuto dos Dirigentes, pelo que o seu titular não terá forçosamente de deter a formação académica constante do mapa de pessoal. No entanto, em sede de processo de seleção destinado ao preenchimento do lugar em regime de comissão de serviço, é requisito de recrutamento a habilitação literária previamente definida no instrumento de gestão e devidamente publicitada em sede de procedimento.

Neste sentido, e considerando a necessidade de desencadear todos os meios necessários à abertura do competente processo de seleção, urge alterar a formação académica atualmente prevista no mapa de pessoal, por forma a dar à técnica nomeada em regime de substituição, a possibilidade de se candidatar ao lugar.

Considerando ainda, que para além dessa licenciatura (conservação e restauro), importa prever, face às diferentes áreas de atividade da divisão, formação mais abrangente e que vem sendo utilizada no âmbito dos demais processos de seleção para cargos dirigentes – gestão e administração pública.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e os artigos 33.º, n.º 1

alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2015, em anexo (Anexo 1).

Esta deliberação foi aprovada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Relativamente a este ponto tenho uma dúvida. Qual o critério subjacente à selecção da área profissional definida para o cargo de direcção intermédia de 2. Grau? A área foi definida em função das competências da unidade orgânica ou em função de possíveis pessoas que possam vir a concorrer? Parece-me que o que estamos a propor se aproxima da segunda opção, estamos a condicionar o concurso e direcciona-lo para pessoas em concreto.

Voto contra porque considero mais ajustado uma licenciatura na área das ciências sociais e humanas. Penso que licenciatura/formação como as ciências da educação, política social, sociologia, psicologia, serviço social, antropologia, desporto, etc., seriam enquadráveis neste âmbito e poderiam concorrer pessoas com o perfil ajustado.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente a proposta porque ela é clara e no decorrer da reunião foram esclarecidas todas as dúvidas suscitadas.

Rejeito veementemente a suspeição lançada na declaração de voto pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Citando a deliberação:

«(...)Neste sentido, e considerando a necessidade de desencadear todos os meios necessários à abertura do competente processo de selecção, urge alterar a formação académica atualmente prevista no mapa de pessoal, por forma a dar à técnica nomeada em regime de substituição, a possibilidade de se candidatar ao lugar.

Considerando ainda, que para além dessa licenciatura (conservação e restauro), importa prever, face às diferentes áreas de actividade da divisão, formação mais abrangente e que vem sendo utilizada no âmbito dos demais processos de selecção para cargos dirigentes – gestão e administração pública.(...)»

Estes dois parágrafos que constam da deliberação de Câmara são perfeitamente explícitos no que concerne aquilo que se pretende, isto é, prever a nomeação em regime de substituição e prever igualmente a inclusão de outras licenciaturas para que no futuro se possa preencher o lugar de uma forma mais duradoura, a nomeação em comissão de serviço.

A deliberação é clara e objetiva. Talvez pela leitura ou estudo menos atento se possam ter feito interpretações diferentes.

Porque a deliberação é clara, objetiva e cumpre escrupulosamente a legalidade, o meu voto favorável.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

O Sr. Presidente da Câmara deixou a seguinte pergunta:

*“O mapa de pessoal para 2015 foi votado por unanimidade?
É que se foi votado por unanimidade, o Sr. Vereador estava distraído quando votou para este cargo a área de formação só de “Gestão”. ”*

29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E LUMINOTECNIA PARA ESPECTÁCULOS E EVENTOS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS”, PARA O PERÍODO DE 1 DE MARÇO DE 2015 A 31 DE MARÇO DE 2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

115 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos

requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 16016/2015 e informação n.º 1A/2015, ambas da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de som e luminotecnia para espetáculos e eventos a realizar na Casa da Cultura – Teatro Stephens”*, para o período de 1 de março de 2015 a 31 de março de 2017, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento

de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/02/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite António José Reis Pereira, NIF 197 082 599, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DCD podem consubstanciar um contrato de tarefa ou avença, sendo que se aguarda orientação clarificadora requerida à CCDRC sobre esta matéria.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da *“Prestação de serviços de som e luminotecnia para espectáculos e eventos a realizar na Casa da Cultura – Teatro Stephens”*, para o período de 1 de março de 2015 a 31 de março de 2017, tendo sido emitido o cabimento n.º 400/2015, pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 36.800 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por existir contrato com idêntica contraparte vigente em 2014, conforme documentação em anexo.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de som e luminotecnia para espetáculos e eventos a realizar na Casa da Cultura – Teatro Stephens”*, para o período de 1 de março de 2015 a 31 de março de 2017.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque a contratação desta prestação de serviços deveria ter dado lugar a concurso público, por se tratar de um valor de 36.800 euros.”

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE OUTDOORS, BANDEIRAS E FAIXAS PARA PUBLICITAÇÃO DAS ACTIVIDADES MUNICIPAIS NOS ANOS 2015 E 2016”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

116 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a

redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 16609 da Divisão Jurídica e de Comunicação e o despacho n.º 46/2015 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de impressão de outdoors, bandeiras e faixas para publicitação das actividades municipais nos anos 2015 e 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 18/02/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de serviços de impressão de outdoors, bandeiras e faixas para publicitação das actividades municipais nos anos 2015 e 2016”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 410/2015, pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 19.445 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, atento o contrato vigente em 2014, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de impressão de outdoors, bandeiras e faixas para publicitação das actividades municipais nos anos 2015 e 2016”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2015”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

117 - Presente a requisição interna n.º 8984 e informação n.º 1/90/2015 da DAM, datadas de 22 de janeiro de 2015, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de serviços de som para acompanhamento técnico das sessões da Assembleia Municipal da Marinha Grande para o ano 2015”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(…)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…)”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido e de um contrato de avença quando estamos perante prestações sucessivas no exercício de profissão liberal.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DAM podem consubstanciar um contrato de tarefa ou avença, sendo que se aguarda orientação clarificadora requerida à CCDRC sobre esta matéria.

Considerando que o contrato a celebrar tem o valor estimado de 600,00€, acrescidos de IVA à taxa de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa ou avença.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/02/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto Regime Simplificado previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

O serviço requisitante propõe o convite a Fernando Ferreira de Faria NIF 116973277, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito no Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Prestação de serviços de som para acompanhamento técnico das sessões da Assembleia Municipal da Marinha Grande para o ano 2015”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 255/2015, pela Área de Contabilidade.

O preço base a aplicar é de 600 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro por o preço a pagar não ser superior a 1.500 euros pelo que não se aplica a redução remuneratória preconizada no n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Prestação de serviços de som para acompanhamento técnico das sessões da Assembleia Municipal da Marinha Grande para o ano 2015”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de som para acompanhamento técnico das sessões da Assembleia Municipal da Marinha Grande para o ano 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - 4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 – 1.ª REVISÃO

118 - Presente proposta da 4ª Modificação – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2015, no valor de 454.986,92 euros nos reforços e 214.370,91 euros nas anulações;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2015, no valor de 240.616,01 euros nos reforços e sem alterações nas anulações no ano de 2015;

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014, no valor de 91.000,00 euros nos reforços e 7.000,00 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2014, no valor de 147.069,01 euros nos reforços e sem alterações nas anulações no ano de 2015.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, constituída pela 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

119 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao primeiro semestre do ano de 2014, constituídos por:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental
- Relatório de Gestão
- Relatório de Auditoria Semestral

os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e encontram-se devidamente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

A Câmara Municipal, após análise dos documentos indicados, e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do primeiro semestre do ano de 2014 e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

120 - Presente informação n.º 21SAB/2015 de 10.02.2015 da DFTI - Área de Finanças, relativa ao assunto identificado em epígrafe, a qual se transcreve:

“Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

No âmbito dos trabalhos prévios à elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi efetuado um levantamento de todos os processos com plurianualidade anteriormente aprovada mas que, atenta a execução física e financeira que apresentavam, nessa data, era possível perspetivar que a mesma não aderiria ao inicialmente previsto aquando da adjudicação, sendo possível antever que o valor autorizado fosse excedido em sede de plurianualidade.

Atento exposto, foram preparadas diversas propostas de deliberação camarária, as quais foram presentes na reunião de câmara de 14.11.2014 e na sessão da Assembleia Municipal de 24.11.2014, tendo sido autorizada, nesta fase, a assunção de compromissos plurianuais para 2015.

Apresenta-se de seguida uma listagem dos processos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 24.11.2014 com identificação do montante de plurianualidade autorizado por processo, organizados por prestações de serviços e por empreitadas de obras públicas, bem como cópia dos anexos (A e B) que instruíram as deliberações então tomadas:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Quadro 1

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBJETO DO CONTRATO	AÇÃO DO PLANO	PLURIANUALIDADE APROVADA (montante com IVA incluído)
P.A. 23/2014	Prestação de serviços de telecomunicações do Município (Internet, rede móvel e rede fixa) para o período de 24 meses, com início a 1 de julho de 2014	2014/A/2, 2014/A/13 e 2014/A/14	27.252,00 €
P.A. 29/2011	Prestação serviços de disponibilização de um sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal e produção digital de documentos	2011/A/5	17.950,00 €
P.A. 50/2014	Fornecimento de refeições a alunos do jardim-de-infância de Vieira de Leiria, EB1 da passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2014/2015	2014/A/67	36.060,00 €
CD 3902	Fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo a frequentar aulas no pólo da EB 2/3 Guilherme Stephens para o ano letivo 2014/2015	2014/A/67	
P.A. 55/2014	Prestação de serviços de fornecimento de lanches a alunos dos jardins-de-infância inscritos nas atividades de Componente de Apoio à Família, para o ano letivo 2014/2015	2014/A/61	13.196,00 €
P.A. 57/2013	Fornecimento de energia elétrica em média e em baixa tensão especial pelo período de 12 meses	2013/A/3	97.135,00 €
P.A. 68/2014	Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifas	2014/A/184	35.670,00 €
C.P. N.º 16/2014	Correção e desobstrução dos leitos e margens das linhas de água	2013/A/67	11.603,82 €
CD 3641	Protocolo de colaboração no âmbito da candidatura ao POVT - aquisição de EPI'S para combate a incêndios em espaços naturais celebrado entre a CIMRL, o MMG e a AHBVMG	2014/A/177	2.373,50 €
CD 3648	Protocolo de colaboração no âmbito da candidatura ao POVT - aquisição de EPI'S para combate a incêndios em espaços naturais celebrado entre a CIMRL, o MMG e a AHBVVL	2014/A/177	1.047,12 €
CD 3414	Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Biblioteca de Instrução Popular para a reativação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal de Vieira de Leiria, no período de julho/2012 a junho/2014	2010/A/138	3.480,00 €
CD 3811	Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e Clube Desportivo Moitense para a criação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Moita, no período de julho/2014 a junho/2017	2014/A/145	8.913,00 €
P.A. 62/2011	Projecto de Requalificação da rua da Panificadora e as suas ligações com a rua das Raízes, rua dos Maçariqueiros e ligação da rua da Aventura	2011/I/54	2.999,97 €
NTE 35/2013	Prestação de serviços para elaboração do projecto de especialidades para Requalificação / adaptação da escola básica nº 3 do Pilado	2013/I/16	215,25 €
NTE 373/2014	Prestação de serviços de elaboração do projecto de "Alteração da rede eléctrica do Centro Empresarial da Marinha Grande"	2014/I/149	221,40 €
NTE 46/2014	Prestação de serviços para elaboração do projecto eléctrico na área da antiga instalação da Fábrica J. Ferreira Custódio	2013/I/26	184,50 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Quadro 2

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBJETO DO CONTRATO	AÇÃO DO PLANO	PLURIANUALIDADE APROVADA (montante com IVA incluído)
AD n.º 16/2014	Trabalhos de manutenção na escola de Casal de Malta – EB1 e II	2014/I/40	6.744,27 €
AD n.º 21/2014	Requalificação do recreio coberto da escola Professor Francisco Veríssimo	2014/I/39	48.116,58 €
AD n.º 25/2014	Beneficiação do Jardim de Infância da Ordem	2014/I/33	17.428,84 €
AD n.º 26/2014	Centro de recolha oficial da Marinha Grande	2013/I/59	156.620,02 €
AD n.º 30/2014	Beneficiação das escolas e polidesportivo da Praia da Vieira	2014/I/34 e 2014/I/40	2.814,42 €
CP n.º 13/2013	Requalificação da rua das Laranjeiras	2012/I/60	34.087,25 €
CP n.º 15/2013	Requalificação do mercado do peixe da praia de Vieira de Leiria	2012/I/67	1.271,80 €
CP n.º 01/2014	Reabilitação urbana das instalações da antiga Fábrica J. Ferreira Custódio	2013/I/26	5.208,10 €
CP n.º 02/2014	Requalificação da rua da Panificadora (fase 1 e fase 3)	2011/I/54	326.480,00 €
CP n.º 08/2014	Ampliação da rede de abastecimento de água na Travessa do Bairro, Rua da Longa e ruas confinantes – Vieira de Leiria	2013/I/48	1.681,11 €
CP n.º 11/2014	Remodelação da rede de abastecimento de água na rua 9 de abril, rua António Magalhães Júnior, avenida Aníbal Guedes Coelho e troço da avenida Vitor Gallo	2014/I/89	6.555,33 €
CP n.º 16/2014	Correção e desobstrução dos leitos e margens das linhas de água	2013/A/67	11.603,82 €
CP n.º 18/2014	Requalificação do reservatório apoiado da Moita	2013/I/38	84.482,00 €
CP n.º 19/2014	Remodelação da rede de abastecimento de água na avenida Vitor Gallo – troço entre a rua Mãe D'água e a rua Diogo Stephens	2014/I/89	7.197,95 €
CP n.º 20/2014	Reparação de caixas de visita das redes públicas de drenagem de águas residuais no concelho da Marinha Grande	2014/I/74	89.000,40 €
CP n.º 21/2014	Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do concelho	2014/I/155 e 2014/I/157	99.640,00 €

Situação A – Plurianualidade aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 24.11.2014 que se verificou insuficiente para o ano de 2015 face aos compromissos por pagar

Após o encerramento da execução orçamental do ano de 2014 verificou-se que a execução física, e consequentemente financeira, de alguns contratos ficou aquém das estimativas efetuadas pelos diversos serviços da autarquia, pelo que o total dos compromissos por faturar, dos compromissos por pagar e dos compromissos para exercícios futuros ultrapassou os valores aprovados na sessão da Assembleia Municipal de 24.11.2014.

Atento o exposto, torna-se necessário efetuar o apuramento das diferenças entre o valor aprovado pela Assembleia Municipal e o valor que se verifica ser necessário para o ano de 2015.

Para dar cumprimento ao exposto foi elaborado o quadro em Anexo I, no qual consta a lista dos processos para os quais, no início do ano de 2015, se verificou que o valor aprovado pela Assembleia Municipal a 24.11.2014, para efeitos de plurianualidade, era

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

insuficiente para proceder ao compromisso da dívida que transitou. Considerando as dotações iniciais do orçamento de 2015, e perante o exposto no parágrafo anterior, tal determinou a inexistência de dotação suficiente para efetuar esses mesmos compromissos no exercício de 2015.

Assim, e para ser possível comprometer todas as despesas até ao final do mês de janeiro de 2015, foi necessário efetuar uma Modificação Orçamental, sob a forma de alteração, a qual foi aprovada através de despacho do Sr. Presidente, n.º 35/2015 de 29.01.2015, considerando que por deliberação camarária de 25 de outubro de 2013, foi deliberado delegar no Presidente da Câmara Municipal as competências da Câmara Municipal a que alude a alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º, "Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações" da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), atento o preceituado no n.º 1 do art.º 34.º do mesmo diploma legal.

ANEXO I - SITUAÇÃO A - Plurianualidade aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014 que se verificou insuficiente para o ano de 2015

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBJETO DO CONTRATO	AÇÃO DO PLANO	PLURIANUALIDADE APROVADA AM 24/11/2014	APÓS FECHO ORÇAMENTAL A 31/12/2014			JUSTIFICAÇÃO DA DIFERENÇA
				COMPROMISSOS POR FATURAR	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL	
CD 3901	P.A. N.º 50/2014 - Fornecimento de refeições a alunos do jardim-de-infância de Vieira de Leiria, EB1 da passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2014/2015	2014/A/67		- €	15.418,93 €	15.418,93 €	Os serviços prestados, faturados e pagos em 2014 foram inferiores aos estimados pelo serviço requisitante. Foi reformulada a estimativa de execução aquando da elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2015 e consequentemente aquando da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de 24/11/2014, mas mesmo assim a execução física foi inferior ao previsto a 31.12.2014
			36.060,00 €				
CD 3902	Fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo a frequentar aulas no pólo da EB 2/3 Guilherme Stephens para o ano letivo 2014/2015	2014/A/67		- €	22.291,30 €	22.291,30 €	Os autos de medição elaborados faturados e pagos em 2014 foram inferiores aos estimados aquando da adjudicação da empreitada. Foi reformulada a estimativa de execução aquando da elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2015 e consequentemente aquando da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de 24/11/2014, mas mesmo assim a execução física, e consequentemente financeira, foi inferior ao previsto a 31.12.2014. Foi elaborada informação relativa a Suspensão de Trabalhos pelo serviço de fiscalização da empreitada.
			36.060,00 €				
				- €	37.710,23 €	37.710,23 €	
C.P. N.º 13/2013	Requalificação da rua das Laranjeiras	2012/I/60	34.087,25 €	59.407,91 €	- €	59.407,91 €	
			34.087,25 €	59.407,91 €	- €	59.407,91 €	

Situação B – Plurianualidade aprovada na sessão da Assembleia Municipal aquando da aprovação dos Documentos Previsionais de 2014 suficiente à data do compromisso mas com dotação orçamental insuficiente nos Documentos Previsionais de 2015

Para além dos processos identificados na situação anterior, existem ainda outros para os quais se verificou, após o encerramento da execução orçamental do ano de 2014, que a execução física, e consequentemente financeira, ficou aquém das estimativas efetuadas pelos diversos serviços da autarquia, pelo que o total dos compromissos por faturar, dos compromissos por pagar e dos compromissos para exercícios futuros ultrapassou os valores aprovados pela Assembleia Municipal aquando da aprovação dos Documentos Previsionais de 2014.

Atento o exposto, torna-se necessário efetuar o apuramento das diferenças entre o valor da autorização genérica concedida inicialmente pela Assembleia Municipal e o valor que se verifica ser necessário para o ano de 2015.

*Para dar cumprimento ao exposto foi elaborado o quadro em **Anexo II** com a justificação das diferenças.*

Assim, e para ser possível comprometer todas as despesas até ao final do mês de janeiro de 2015, foi necessário efetuar uma Modificação Orçamental, sob a forma de alteração, a qual foi aprovada através de despacho do Sr. Presidente, n.º 35/2015 de 29.01.2015, considerando que por deliberação camarária de 25 de outubro de 2013, foi deliberado delegar no Presidente da Câmara Municipal as competências da Câmara Municipal a que alude a alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º, "Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações" da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), atento o preceituado no n.º 1 do art.º 34.º do mesmo diploma legal.

ANEXO II - SITUAÇÃO B - Plurianualidade aprovada na sessão da Assembleia Municipal aquando da aprovação dos Documentos Previsionais de 2014 suficiente à data do compromisso mas com dotação orçamental insuficiente nos Documentos Previsionais de 2015

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBJETO DO CONTRATO	AÇÃO DO PLANO	PLURIANUALIDADE APROVADA (*)	APÓS FECHO ORÇAMENTAL A 31/12/2014			JUSTIFICAÇÃO DA DIFERENÇA
				COMPROMISSOS POR FATURAR	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL	
CD 3907	Transportes de alunos nas linhas urbanas da TUMG para o ano letivo 2014/2015, conforme despacho n.º 426-AP/DFTI/2014 de 16.09.2014	2014/A/66	8.200,00 €	- €	9.181,65 €	9.181,65 €	Os serviços prestados, faturados e pagos em 2014 foram inferiores aos estimados pelo serviço requisitante. Não foi reformulada a estimativa de execução aquando da elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2015 e consequentemente aquando da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de 24/11/2014 por ser previsível, nessa data, que se conseguia atingir a execução proposta pelo serviço requisitante o que não se veio a verificar a 31.12.2014.
			8.200,00 €	59.407,91 €	9.181,65 €	68.589,56 €	
CD 3988	Renovação do contrato de comodato celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande para a instalação da cantina escolar de Picassinos para o período de 12.12.2014 a 11.12.2015.	2014/A/69	6.000,00 €	70,00 €	5.175,00 €	5.245,00 €	Aquando da elaboração dos Documentos Previsionais de 2015 houve um lapso de escrita no valor da dotação inicial de 2015. Em vez de 5.500 euros, foram considerados nos mapas auxiliares 500 euros, verba insuficiente face à estimativa de despesa efetivamente necessária por conta deste contrato.
			6.000,00 €	70,00 €	5.175,00 €	5.245,00 €	

(*) A plurianualidade aprovada foi dada com a AUTORIZAÇÃO GÉNÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS propostas em REUNIÃO DE CÂMARA DE 26/12/2013 e aprovada em SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30/12/2013.

Situação C – Compromissos por pagar a 31.12.2014 sem plurianualidade aprovada pela Assembleia Municipal para o ano de 2015

Concluída a execução orçamental do ano de 2014 foram detetados casos de prestação de serviços, empreitadas de obras públicas e outros para os quais não foi solicitada autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2015 à Assembleia Municipal por se considerar, em alguns casos e atenta a informação existente nessa data, que os serviços iriam ser executados até 31.12.2014 e por conseguinte o seu pagamento; noutros casos por os compromissos terem sido assumidos para 2015 nos últimos dias de 2014 e sem qualquer possibilidade de agendamento de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, considerando que os casos em apreço se identificaram apenas nessa data ou que os valores e/ou processos em causa não teriam um peso significativo em compromissos para 2015.

*Para dar cumprimento ao exposto foi elaborado o quadro em **Anexo III**, do qual consta a lista dos processos para os quais não existia a 31.12.2014 autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2015 pela Assembleia Municipal.*

Cumprir referir que em alguns destes casos não existia dotação suficiente nas Dotações Iniciais de 2015 para se efetuar o compromisso pelo que e para ser possível comprometer todas as despesas até ao final do mês de janeiro de 2015, foi necessário efetuar uma alteração orçamental, a qual foi aprovada através de despacho do Sr. Presidente, n.º 35/2015 de 29.01.2015, considerando que por deliberação camarária de 25 de outubro de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

2013, foi deliberado delegar no Presidente da Câmara Municipal as competências da Câmara Municipal a que alude a alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º, “Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações” da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), atento o preceituado no n.º 1 do art.º 34.º do mesmo diploma legal.

ANEXO III - SITUAÇÃO C - Compromissos por pagar a 31.12.2014 sem plurianualidade aprovada pela Assembleia Municipal para o ano de 2015

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBJETO DO CONTRATO	AÇÃO DO PLANO	PLURIANUALIDADE APROVADA AM 24/11/2014	APÓS FECHO ORÇAMENTAL A 31/12/2014			JUSTIFICAÇÃO
				COMPROMISSOS POR FATURAR	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL	
AD N.º 35/2014	AD N.º 35/2014 - ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA E VÃOS DA ESCOLA DO CASAL DO MALTA - EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA	2014/I/40	- €	441,35 €	- €	441,35 €	
AD n.º 40/2014	REMODELÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS EM DIVERSOS ARRUAMENTOS NA PRAIA DA VIEIRA	2014/I/95	- €	4.407,93 €	- €	4.407,93 €	
CP n.º 05/2010	REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA RELATIVA AO PERÍODO DE SET-OUT/2013 E FEV/2014 DA OBRA RELATIVA A "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA Mª GRANDE"	2010/I/44	- €	4,48 €	- €	4,48 €	Considerando que, de acordo com estimativa dos serviços, os autos de medição e as propostas de deliberação deveriam ter sido elaborados e faturados até 30-11-2014, de modo que IVA autoliquidada da empreitada tivesse sido todo pago ainda em 2014. Como tal não sucedeu os autos e faturas apenas foram emitidos em dezembro, pelo que o IVA apenas será entregue ao Estado em fevereiro/2015.
CP n.º 05/2010	REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DO CONTRATO ADICIONAL CELEBRADO EM 21/08/2013 DA OBRA DE "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE"	2010/I/44	- €	13,38 €	- €	13,38 €	
CP n.º 05/2010	REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DO CONTRATO ADICIONAL CELEBRADO EM 07/03/2013 DA OBRA DE "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE"	2010/I/44	- €	76,67 €	- €	76,67 €	
CP n.º 06/2010	REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DOS CONTRATOS ADICIONAIS DA OBRA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA"	2009/I/54	- €	184,17 €	- €	184,17 €	
CP n.º 09/2014	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	07/020203	- €	8.132,60 €	- €	8.132,60 €	Os autos de medição elaborados, faturados e pagos em 2014 foram inferiores aos estimados aquando da adjudicação da empreitada. Não foi reformulada a estimativa de execução aquando da elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2015 e consequentemente aquando da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de 24/11/2014 por existir informação firme dos serviços que indicava que o processo seria totalmente executado em 2014. Tal não sucedeu, existindo compromissos por pagar a 31.12.2014 que assumem o caráter de compromissos para exercícios futuros nessa data, considerando que todos os valores medidos foram pagos e que tem de ser conformada a autorização da plurianualidade pela Assembleia Municipal. Tem informação de justificação da DISU para a assunção de plurianualidade.
CP n.º 10/2014	PROJETO DE INTERVENÇÃO NA COSTA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE	2014/I/106	- €	22.502,30 €	- €	22.502,30 €	Idem, mas com informação da fiscalização da empreitada de suspensão de trabalhos.
CP N.º 17/2014	IMPLEMENTAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE NA PRAIA DA VIEIRA	2011/I/44	- €	22.472,43 €	- €	22.472,43 €	Idem, mas com informação da fiscalização da empreitada de suspensão de trabalhos.
CD 3544	Fornecimento de gás natural canalizado para o Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem e para a cantina da Várzea para o período de 11.12.2013 a 31.05.2014	2011/A/115	- €	2.823,45 €	- €	2.823,45 €	Os serviços prestados, faturados e pagos em 2014 foram inferiores aos estimados pelo serviço requisitante. Não foi reformulada a estimativa de execução aquando da elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2015 e consequentemente aquando da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de 24/11/2014 por ser previsível, nessa data, que se conseguia atingir a execução proposta pelo serviço requisitante o que não se veio a verificar a 31.12.2014 nomeadamente por divergências de faturação devidamente reportadas aos fornecedores
CD 3594	Contratação da prestação de serviços de comunicações móveis terrestres	2011/A/6	- €	200,00 €	- €	200,00 €	
Diversos Processos	Franquias relativas a sinistros participados até 31/12/2014	2013/A/20	- €	6.374,00 €		6.374,00 €	No mês de dezembro de 2014 foram participados diversos sinistros à corretora, dado origem a uma estimativa de compromissos a pagar em 2015 considerando que os processos não foram concluídos até 31/12/2014.
CD 3965	Constituição de depósito a prazo no montante de 1.500.000 euros pelo período de 122 dias à taxa de 1,25% (data valor 24.10.2014 e data de vencimento 23.02.2015)	0103/06020399	- €	898,44 €	690,10 €	1.588,54 €	A retenção de IRC inerente à constituição de depósito a prazo apenas é efetuada pelo Banco na data de vencimento do mesmo, neste caso fevereiro/2015.
CD 4017	Constituição de depósito a prazo no montante de 3.000.000 euros pelo período de 60 dias à taxa de 1,00% (data valor 15.12.2014 e data de vencimento 12.02.2015)	0103/06020399	- €	354,17 €	895,83 €	1.250,00 €	A retenção de IRC inerente à constituição de depósito a prazo apenas é efetuada pelo Banco na data de vencimento do mesmo, neste caso fevereiro/2015.

(...)"

Considerando que os processos foram objeto de cabimento e compromisso em 2015 por conta das dotações dos Documentos Previsionais de 2015, e que possuem o devido enquadramento nos fundos disponíveis apurados.

Considerando o exposto e os motivos invocados em cada caso, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais em 2015 atentos os processos identificados nos quadros em anexo I, II e III da informação n.º 21SAB/2015 de 10/02/2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com efeitos a 31-12-2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E COMPROMISSOS INERENTES À ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS

121 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 26-12-2013, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
 2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
 3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;

- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D. Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal em todas as sessões ordinárias deste órgão.

Considerando que, na sessão ordinária de 30-12-2013, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos propostos.

Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 20-02-2014, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal um aditamento à autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais referida nos parágrafos anteriores, nomeadamente:

- A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
 - 1) À aprovação de revisão ou atualização de preços de contratos já celebrados, desde que resultantes de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas nos clausulados contratuais;
- B) Nos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão de verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C) Nos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

Considerando que, na sessão ordinária de 28-02-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento à autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Considerando ainda que, na sessão ordinária de 24-11-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, a ratificação de todos os processos de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

despesa assumidos no ano económico relativos à atribuição de benefícios públicos assentes na aplicação de regulamentos municipais e que se repercutem no ano subsequente.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/02/2015 de 12-02-2015 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2014, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal e os compromissos plurianuais relativos à atribuição de benefícios públicos, assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no ano de 2014 com repercussões em 2015, nos termos da deliberação de 24-11-2014 da Assembleia Municipal da Marinha Grande.

Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2014 e os compromissos plurianuais relativos à atribuição de benefícios públicos, assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no ano de 2014 com repercussões em 2015, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2014 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 30-12-2013, com as alterações introduzidas nas sessões de 28-02-2014 e de 24-11-2014 para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015 – RETIFICAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLuíDOS NA AÇÃO 2014/A/183 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

122 - Em reunião de Câmara Municipal de 14 de novembro de 2014, foi deliberado, “(...) solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015”, até ao valor de mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e dois cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.(...)”

A proposta foi presente na sessão da Assembleia Municipal de 24.11.2014, tendo sido autorizada a assunção de compromissos plurianuais “(...) nos termos da alínea c) do n.º 1 do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

art.º 6.º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, apreciou e autorizou a assunção de compromissos plurianuais relativos à AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015, até ao valor de mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e dois cêntimos.(...)”

No entanto, e por lapso de escrita, foi referido que a aquisição de jornais para a Biblioteca Municipal seria para o período de dezembro de 2014 a novembro de 2015, quando o que se pretendia era o período de dezembro de 2014 a setembro de 2015, tanto mais que a aferição do cabimento prévio e da plurianualidade que constam do processo referem expressamente como data limite setembro de 2015.

Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo propor à Assembleia Municipal a retificação da deliberação tomada na sua sessão de 24.11.2014 relativa à “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro – Processos incluídos na ação 2014/A/183 do Plano de Atividades Municipais de 2014”, nos seguintes termos:

Onde se lê:

“A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A NOVEMBRO DE 2015”, até ao valor de mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e dois cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.”

Deve ler-se:

“A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “AQUISIÇÃO DE JORNAIS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL PARA O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2014 A SETEMBRO DE 2015”, até ao valor de mil, quinhentos e sessenta e dois euros e trinta e dois cêntimos, no ano de 2015, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO PARA DIA 11 DE MARÇO DE 2015”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

123 - Presente a requisição interna n.º 15432 e informação n.º 1/118/2015 da DCD, datadas de 28 de janeiro de 2015, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de serviços de animação para dia 11 de março de 2015”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(…)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DCD consubstanciam um contrato de tarefa, sendo que se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia;

Considerando que o contrato a celebrar tem o valor estimado de 2.460,00€, acrescidos de IVA à taxa de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços

abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 14836 foi submetido a 03/02/2015, tendo sido obtida resposta do INA em 10/02/2015, referente à inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto regime simplificado previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

O serviço requisitante propõe o convite à empresa Sobe Sapo – Actividades de Ar Livre, Lda, NIPC 503 914 550, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Prestação de serviços de animação para dia 11 de março de 2015”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 353/2015, pela Área de Contabilidade.

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços objecto do contrato é de 2.460 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, o qual cumpre o disposto no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, referente à verificação da aplicação da redução remuneratória.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

celebrar para a *“Prestação de serviços de animação para dia 11 de março de 2015”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de animação para dia 11 de março de 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA E TELEGESTÃO DO FURO AC3 DA PEDRULHEIRA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

124 - Presente a requisição interna n.º 14349 com a informação n.º MF-02-2015 da DOT, datadas de 19 de janeiro de 2015 nas quais se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de serviços de elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo AC3 da Pedrulheira”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(…)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DOT consubstanciam um contrato de tarefa, sendo que se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia;

Considerando que o contrato a celebrar tem o valor estimado de 650,00€, acrescidos de IVA à taxa de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-

B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 14782 foi submetido a 03/02/2015, tendo sido obtida resposta do INA em 10/02/2015, referente à inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto regime simplificado previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

O serviço requisitante propõe o convite à empresa By Layer Estudos de Engenharia, Lda, NIPC 508 852 242, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimento e Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Prestação de serviços de elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo AC3 da Pedrulheira”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 327/2015, pela Área de Contabilidade, valor a ajustar quer com base na eventual aplicação de redução remuneratória nos termos da LOE 2015, quer atenta a proposta da entidade a convidar.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Prestação de serviços de elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo AC3 da Pedrulheira”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo AC3 da Pedrulheira”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES DA BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO ENGENHO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

125 - Presente a requisição interna n.º 15604 com a informação n.º MF-09-2015 da DOT, datadas de 3 de fevereiro de 2015, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de serviços de elaboração de projectos das especialidades da beneficiação da escola básica do Engenho”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(…)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma,

trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DOT consubstanciam um contrato de tarefa, sendo que se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia;

Considerando que o contrato a celebrar tem o valor estimado pelos serviços proponentes de 1.750,00€, acrescidos de IVA à taxa de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 15424 foi submetido a 16/02/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto regime simplificado previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

O serviço requisitante propõe o convite à empresa By Layer Estudos de Engenharia, Lda, NIPC 508 852 242, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimento e Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Prestação de serviços de elaboração de projectos das especialidades da beneficiação da escola básica do Engenho”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 416/2015, pela Área de Contabilidade, valor a ajustar quer com base na eventual aplicação de redução remuneratória nos termos da LOE 2015, quer atenta a proposta da entidade a convidar.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Prestação de serviços de elaboração de projectos das especialidades da beneficiação da escola básica do Engenho”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de elaboração de projectos das especialidades da beneficiação da escola básica do Engenho”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 15424 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

40 - DESIGN CENTER – SEMANA DO DESIGN DA MARINHA GRANDE 2014 - APOIOS

126 - Presente a informação nº 1/148/2015 de 3 de fevereiro de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, esclarecendo a natureza dos apoios atribuídos por diversas entidades ao “Design Center – Semana do Design da Marinha Grande 2014”.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação anexa (Anexo 2), que se dá por reproduzida, tendo tomado conhecimento do seu teor.

Deliberou agradecer, formalmente, a todas as entidades que apoiaram logística e financeiramente o “Design Center – Semana do Design da Marinha Grande 2014” e expressar-lhes o seu reconhecimento pela intervenção determinante que exerceram através de um envolvimento ativo, em toda a fase de preparação e organização do evento, afetando recursos técnicos e humanos próprios, com os custos daí decorrentes, que permitiram conferir-lhe grande rigor científico e técnico.

Com este apoio foi possível ainda, minimizar os encargos assumidos pela Câmara Municipal e bem assim o financiamento público a esta realização reconhecendo a importância determinante de que se revestem este tipo de ações, em benefício da comunidade local.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

41 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezoito de fevereiro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **5.294.022,48€** (cinco milhões, duzentos e noventa e quatro mil e vinte e dois euros e quarenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/02/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 04

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

127 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião